

NM

Orientação

Agradecimentos

Quero desde já agradecer a todos aqueles que me ajudaram no desenvolvimento deste projeto, pois sem eles o caminho a percorrer seria muito mais difícil.

Assim, agradeço desde já à minha diretora técnica que me incentivou a participar nesta “aventura” facilitando-me os horários, sempre que foi necessário. Ao orientador que sempre se demonstrou disponível para esclarecer as minhas dúvidas. Ao meu colega e companheiro desta caminhada Rui VanZeller, pelo incansável apoio e paciência, sobretudo nos momentos de desânimo. E a todos aqueles que iam fazendo as outras coisas por mim enquanto me dedicava a este projeto.

A todos estes e a outros que estão presentes, mas de forma implícita, o meu muito obrigado!

Resumo

As IPSS são instituições muito particulares e muitas deles ainda bastante dependentes das participações estatais.

Com a situação atual do país, as dificuldades das IPSS's vão se agudizando. As participações estatais não se adaptam à realidade atual que se vive provocando alguns transtornos.

Desta forma, torna-se urgente uma mudança de mentalidades dos dirigentes dessas instituições, libertando a ideia de que têm de estar dependentes dos subsídios estatais, procurando assim, alternativas a este tipo de financiamento.

Algumas estratégias são possíveis, mas de acordo com cada instituição, isto é, da localidade onde está inserida, do seu projeto educativo, e da população alvo que recebe, elas deverão ser mais ou menos adaptadas.

No que concerne a IPSS "Novo Sol" de entre as possibilidades encontradas as que mais se adaptam serão o mecenato, a parceria com uma outra IPSS existente, mas que serve outras valências, assim como o marketing social.

Com estas alternativas pretende-se melhorar a situação atual financeira da instituição, podendo desse modo, dar continuidade ao projeto educativo.

Palavras- chave: IPSS, Viabilidade, Financiamento alternativo, Projeto Educativo.

Abstract

The IPSS (private institutions of social security) are special institutions still depending a lot on state funding.

With the current national situation, IPSS' difficulties have become even harder. State funding is not given according to the current needs, which causes a few problems.

Thus, it is urgent to change directors' mentalities, making them understand not to be dependent on state funding, but to look for other sources of revenue.

Some approaches are possible, but always bearing in mind every institution, its location, its educational project, the persons it is directed to.

As far as IPSS "Novo Sol" is concerned, the approaches at hand include patronage, a partnership with a similar IPSS catering for different areas as well as social marketing.

These measures should help the current financial situation of the institution, thus allowing its educational project to be continued.

Key words: IPSS, Viability, Alternative Funding, Educational project.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – O PROBLEMA VISADO PELO PROJETO	9
1.1. Definição da pergunta de partida	9
1.2. Objetivos gerais do projeto	10
CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO E LEGAL	13
2.1.O que são IPSS?	13
2.2. As IPSS e o papel do Estado Providência	14
2.3.Importância das IPSS	18
CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO	25
3.1.Contextualização do Estudo	25
3.1.1 Do meio Envolvente	25
3.1.2. Da freguesia da IPSS “Novo Sol”	28
3.1.3. Da IPSS “Novo Sol”	29
3.2. De que forma a IPSS “Novo Sol” é Financiada	35
3.3. De que forma o financiamento promove a continuação do Projeto Educativo da IPSS “Novo Sol”	44
3.4. Opções Metodológicas	47
3.4.1. Técnicas de Recolha de Informação	49
3.4.2. Técnicas de análise de dados	54
CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	57
CAPÍTULO V – PLANO DE AÇÃO	69
5.1. Identificação de estratégias	69
5.2. Estratégias a adotar	70

CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
BIBLIOGRAFIA	79
APÊNDICES	81

INTRODUÇÃO

A situação penosa que o país atravessa constitui um dos temas mais comentados da atualidade, por afetar a vida de inúmeras pessoas e de muitas instituições. Neste contexto de aguda crise económico-social, as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) não são imunes a dificuldades. Ora como estes organismos só sobrevivem através de financiamento estatal ou de ajudas de particulares, têm passado dias complicados para preservar e desenvolver as suas funções.

No entanto, existe a tendência por parte de alguns setores da sociedade de considerar que este tipo de instituições não corre riscos e que a sua viabilidade está assegurada. Esta postura leva a uma certa despreocupação social relativamente ao futuro das IPSS e, por isso, a que se omitam as devidas providências para acautelar a continuação da sua atividade humanitária.

Por reconhecermos a sua relevância social junto das comunidades carenciadas a que prestam assistência, as IPSS são merecedoras de todo o nosso apoio e carinho.

E é por isso que o tema para este projeto está diretamente relacionado com as dificuldades económicas de uma IPSS que denominaremos de “Novo Sol” tendo em conta a caracterização do seu público-alvo e o tipo de financiamento desta instituição.

Assim, no âmbito do desenvolvimento deste projeto, consideramos pertinente estabelecer um conjunto de objetivos, relacionados com o conhecimento da realidade e com o acompanhamento da sua transformação, que entendemos adequados a este trabalho de investigação.

Em primeiro lugar, torna-se crucial saber o que são IPSS, como surgem e quais as suas formas de financiamento. No caso concreto da IPSS *Novo Sol*, é

relevante explicitar os seguintes dois aspetos: por que razão consideramos importante a sua função e por que razão se deverá investir na procura de soluções alternativas ao tipo de financiamento existente.

Em segundo lugar, é essencial abordar a contextualização da instituição *Novo Sol* destacando a sua relevância no meio socioeconómico onde está inserida, tendo em conta as carências da população que serve e as ofertas solidárias disponíveis. Torna-se, pois, fundamental um estudo acerca da população-alvo, salientando também as ofertas pré-escolares do ensino público e/ou privado existentes, para que a resposta a tal questão seja o mais fidedigna possível.

Por fim, e já que a comparticipação estatal é variável de acordo com a especificidade de funções de cada uma destas instituições, impõe-se ainda uma reflexão sobre a problemática da comparticipação familiar e de outros tipos de financiamento da IPSS *Novo Sol*. Com efeito, neste caso concreto, o financiamento poderá ter consequências diretas na qualidade de ensino, pelo que se justifica a pertinência desta abordagem, de forma a tentar encontrar respostas adequadas a questões que, oportunamente, se colocarão.

É, pois, com o intuito de procurar contribuir para o esclarecimento de questões referentes à sobrevivência económica da IPSS *Novo Sol* que iniciamos este trabalho de investigação.

CAPÍTULO I – O PROBLEMA VISADO PELO PROJETO

1.1. DEFINIÇÃO DA PERGUNTA DE PARTIDA

“O alargamento da comparticipação por parte da Segurança Social é uma alternativa possível e tem sido a principal via adotada nos últimos anos (...) contudo, as restrições nas despesas públicas, que se prolongam pelos próximos anos, deixam antever que esta não pode continuar a ser encarada como a principal, e muito menos a única, via.” (Sousa, 2012, p.25)

Com o passar dos anos vamos conhecendo melhor a instituição na qual trabalhamos, compreendemos melhor as suas potencialidades, o seu perfil e sobretudo como funciona.

As IPSS são instituições com um funcionamento muito particulares no seu funcionamento, uma vez que, todas são diferentes, atendendo ao seu estatuto, ao contexto em que estão inseridas e ao grupo de pessoas que servem. Certas IPSS que não têm qualquer dificuldade de “sobrevivência” pois podem se dar-se ao “luxo” de selecionar o grupo de crianças que a vão frequentar, de acordo com as ou critérios de admissão contempladas no regulamento interno da própria instituição, nos critérios de admissão.

Grande parte das IPSS tem como principal critério de admissão de crianças o facto de ter ambos os pais a trabalhar. No contexto em que a IPSS Novo Sol está inserida, os critérios de admissão são outros e ajustados ao seu público-alvo. Se este fosse o critério principal, não teríamos crianças na instituição, verificando-se, assim, uma das particularidades desta instituição.

De facto, e uma vez que grande parte das crianças que frequenta a instituição tem apenas um dos seus progenitores a trabalhar, o rendimento per capita é reduzido, o que faz com que as mensalidades também sejam baixas. Sendo esta uma IPSS, como as outras, subsidiada por contribuições estatais e por financiamento familiar, a dificuldade resulta, neste caso, do financiamento familiar ser muito reduzido e da subsistência da instituição ficar por consequência dependente de subsídios estatais.

Quando estes subsídios são suficientes para as despesas que esta instituição comporta, vai-se mantendo o equilíbrio financeiro. Porém, quando se se depara com fragilidades e cortes neste tipo de financiamentos, como está a acontecer devido à crise, as coisas tornam-se mais complicadas. Por isso torna-se necessário encontrar rapidamente formas de financiamento alternativo de modo a manter estas instituições em funcionamento, dando respostas às necessidades sociais, como até então. Atualmente, e à medida que o tempo passa, verificamos que estas instituições deveriam ser mais autossustentáveis, para que não corram o risco de desaparecerem sempre que se verifica alguma alteração negativa no seu financiamento.

É neste sentido que, numa tentativa de encontrar respostas para as estas dificuldades, surge a seguinte pergunta de partida: Como obter o financiamento que garanta a viabilidade da IPSS “Novo Sol” (jardim de infância e ATL) e a continuidade do seu Projeto Educativo?

1.2. OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO

De acordo com o dicionário de Língua Portuguesa, define-se objetivo como sendo aquilo que se pretende alcançar, ou seja, um fim, um propósito. O objetivo é um elemento fundamental na elaboração de um projeto.

Assim, com este projeto pretende-se definir um conjunto de objetivos que nos conduzam às respostas para a pergunta inicialmente colocada. Estes objetivos orientarão o caminho a percorrer, permitirão esclarecer o que pretendemos saber acerca de determinado tema, para que a resposta à pergunta colocada esteja cada vez mais próxima. Deste modo, os objetivos propostos vão sendo trabalhados a partir do desdobramento do tema em vários subtemas importantes, o que facilita e enriquece a reflexão sobre a temática em estudo.

Os objetivos relacionados com o conhecimento da realidade que procuraremos alcançar serão os seguintes:

- ✓ Caracterizar a situação financeira da IPSS;
- ✓ Verificar que relação existe entre a sustentabilidade financeira e o serviço prestado pela instituição;
- ✓ Identificar possibilidades de redução de despesas;
- ✓ Identificar fontes de financiamento alternativos à comparticipação do Estado;
- ✓ Equacionar as vantagens que o recurso ao mecenato poderá trazer IPSS e o parceiro/mecenas;

Em simultâneo, procuraremos definir também objetivos de transformação da realidade, uma vez que o nosso projeto pressupõe um plano de ação, a saber:

- ✓ Propor um conjunto de ações que contribuam para a sustentabilidade financeira da instituição;
- ✓ Estudar as hipóteses de alargamento da área de recrutamento da instituição;

CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO E LEGAL

2.1.O QUE SÃO IPSS?

“As IPSS definem-se por serem entidades sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e prestação de serviços.” (n.º 1 do art.º 1 do Decreto-Lei n.º 119/83 de 25 de fevereiro)

Como podemos verificar na citação acima transcrita, as IPSS são Instituições Particulares de Solidariedade Social sem fins lucrativos, constituídas por um conjunto de colaboradores que dedicam uma parte do seu tempo à concretização de projetos. Estes colaboradores assumem a responsabilidade de gestão desta instituição, pois são eles que assinam o contrato de protocolo com a Segurança Social. Para além destes responsáveis pela instituição, há também o importante papel dos voluntários que colaboram no desenvolvimento das suas atividades.

Estas instituições contemplam várias valências, tais como: apoio a crianças e jovens, apoio à família, apoio à integração social e comunitária, proteção na velhice ou invalidez, proteção de cuidados de saúde, educação e até mesmo de cuidados referentes a habitação, de acordo com o Decreto-Lei acima citado. As IPSS não têm, necessariamente, que ter todas estas valências num mesmo centro, uma vez que cada IPSS dá resposta a um tipo de necessidade social.

Assim, e de acordo com o n.º 1 do art.º 2 do mesmo Decreto-Lei, as IPSS podem tomar a seguinte forma jurídica:

- a) *Associações de solidariedade social;*
- b) *Associações de voluntários de ação social;*
- c) *Associações de socorros mútuos;*
- d) *Fundações de solidariedade social;*
- e) *Irmandades da misericórdia.*

Pelo n.º 2 do mesmo artigo estas entidades podem agrupar-se em:

- a) *Uniões;*
- b) *Federações;*
- c) *Confederações” (Cotrim, 2010, p.3)*

As IPSS são geridas por um conjunto de pessoas, conjunto esse que se denomina de Assembleia Geral, onde cada uma delas tem a sua função ou papel na organização. Assim, se considerarmos a sua estrutura representada em organigrama, existe no topo do organigrama o Conselho Fiscal e paralelamente a Direção. O Conselho Fiscal é composto por um presidente, um vice-presidente e por vogais; a Direção é composta por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro e dois vogais. De seguida, e por ordem de relevância é composto por pessoas que têm a sua atividade profissional na instituição.

No topo encontra-se o/a diretor técnico, os coordenadores das diversas valências, os técnicos superiores, os trabalhadores altamente qualificados, os trabalhadores qualificados, e, por último, os funcionários menos qualificados.

2.2. AS IPSS E O PAPEL DO ESTADO PROVIDÊNCIA

“A educação é um bem essencialmente público e nesse sentido justifica-se a preponderância da intervenção do Estado (no financiamento e na operacionalização da oferta do serviço educativo)” (Barroso, 2003, p.89)

Os direitos sociais foram conquistados recentemente. Os nossos antepassados tiveram que lutar bastante para que hoje pudéssemos usufruir de direitos que até há alguns séculos atrás eram impensáveis. Assim, o terceiro tipo de direitos de cidadania que Marshall identifica é o dos direitos sociais. Estes dizem respeito “à prerrogativa de qualquer indivíduo usufruir de um padrão mínimo de bem-estar económico e de segurança” (Giddens, 1997, p.381)

De facto, esta nova etapa foi muito importante para o nosso país e para a comunidade que nele reside, uma vez que, “a instalação e o desenvolvimento do Estado-Providência foram provavelmente os mais importantes fenómenos políticos, económicos e sociais das décadas da democracia portuguesa.” (Amaral, 2010, p.50)

De acordo com a afirmação acima transcrita, podemos verificar que a educação é considerada um bem público ao qual todos têm direito, e que cabe ao Estado financiar por corresponde a esse bem-estar que Marshall identificava. Neste sentido, e em menos de 30 anos (entre 1960 e 1984) verificou-se um aumento para perto do dobro das despesas sociais. Estas despesas consistem não só em educação, mas também em saúde e segurança social, constituindo-se como despesas pelas quais o Estado assumiu responsabilizar-se. De acordo com Giddens (1997), “a ampliação dos direitos sociais está estritamente vinculada ao que veio a ser conhecido como estado de providência (Welfarestate), o qual apenas foi firmemente implantado nas sociedades ocidentais depois da Segunda Guerra Mundial.” (p. 382) É este sentido de Estado que vivemos atualmente, onde se prevê que o Estado seja capaz de dar apoio à população, de modo a que o seu bem-estar esteja garantido.

Drucker (1992) afirma que “o Estado Providência assenta, assim, na ideia de compatibilidade (e até complementaridade) entre crescimento económico e políticas sociais, entre acumulação e legitimação, ou mais amplamente, entre capitalismo e democracia. E, de facto, assistiu-se nos últimos trinta anos

em todos os países capitalistas avançados a uma ampliação generalizada das despesas sociais.” (p.196)

Assim, “existe estado providência, sempre que organizações governamentais providenciam benefícios materiais para os que não conseguem obter um sustento adequado através do emprego assalariado” (Giddens, 1997,p. 382)

Com esta preocupação e responsabilização do Estado perante estes assuntos, há a necessidade de abranger mais este núcleo populacional carente e, assim sendo, no que diz respeito à educação, aumentar a oferta de escolas de acordo com as necessidades populacionais.

Esta tentativa de o Estado procurar responder a todos os problemas que a sociedade pode colocar constituem um trabalho imenso, ao qual dificilmente conseguirá responder, como se tem verificado nas sociedades em que o Estado Providência faz sentir de modo significativo a sua intervenção. A alternativa poderá passar por encontrar em algumas áreas, por exemplo a área social, parceiros que o auxiliem nas respostas a dar. E, de acordo com Drucker (1993), “A tentativa para satisfazer estas necessidades através do estado-ama falhou redondamente – ou, pelo menos, como tentativa de o governo conduzir e gerir esses serviços (...). Tudo isto significa que tanto na esfera social como económica há necessidade de «contratar fora» de «desmembrar» (...) o governo precisa da reorganizar-se, concedendo a organizações privadas a execução das tarefas no setor social. (Drucker, 1993, p. 167).

É neste sentido que surgem as IPSS, Instituições Particulares de Solidariedade Social, que funcionam com administração privada, mas com o financiamento estatal, pois, de acordo com Silva (2013) “uma das formas comuns de responder ao desafio duplo de receitas decrescentes e das despesas em crescendo foi o de se transferir algumas funções do Estado em matéria social quer para o setor privado ou para o chamado «Terceiro Setor», isto é, o conjunto de organizações que, não sendo públicas, desenvolvem atividades de interesse publico. Basta pensarmos, no caso do nosso país, nas

funções desempenhadas pela igreja e instituições particulares de solidariedade social (IPSS)” (p.71)

Com efeito, numa tentativa de dar resposta às necessidades educativas devido a crise financeira do Estado urge procurar alternativas recorrendo a meios privados, como nos diz Drucker (1992): “confrontado com a crise financeira e impossibilitado de produzir cortes radicais nas políticas sociais, o Estado tem vindo a procurar que a produção de bens e serviços de consumo coletivo (educação, saúde, habitação, etc.) se torne mais atrativa para capital privado. Nessa medida, o Estado retira-se sempre que pode da produção direta desses bens e serviços e subcontrata a sua produção com empresas privadas ou, sempre que tal não seja possível, subsidia esta mesma produção. (p.210)

Deste modo, surgem as IPSS que dão a mesma oferta educativa que as escolas públicas, mas são geridas por entidades privadas com financiamento público, sendo uma forma de abranger a educação, onde o Estado sente responsabilização por não a participar na sua totalidade. Assim sendo, pode-se concluir-se que, como indica Barroso (2003) “A educação é um bem essencialmente público que produz benefícios privados e, nesse sentido, cabe ao estado uma grande parte do financiamento, regulação e prestação do serviço educativo, com a participação (ao nível do financiamento e da definição da oferta educativa) dos outros beneficiários do sistema (em particular dos alunos e suas famílias, ...)” (p.90).

Ora com este financiamento direto do Estado às escolas públicas e com o apoio financeiro às instituições privadas, como forma de financiamento dá-se a crise do Estado Providência, já que é difícil ao Estado comportar todos estes gastos, como refere Drucker (1992) “A crise do Estado providência deriva assim, antes de mais, de as despesas do Estado, apesar de dependerem dos recursos tornados disponíveis pela acumulação, tenderem a desvincularem-se dos limites por ela imposta. Por outras palavras, o Estado tende a fazer mais despesas acima dos seus recursos. Nisto consiste a crise financeira do Estado. (p.204).

Perante esta crise do Estado- providência, há uma necessidade de haver cortes nas despesas, o que, como não poderia deixar de ser, afeta também as IPSS, pois embora elas não tenham caráter público, sobrevivem, na sua maioria, a partir do financiamento estatal. Devido à crise financeira tende a haver cortes nesse mesmo financiamento, levando a que as IPSS comecem a passar dias difíceis e a ser complicado manter as suas portas abertas.

Deparando-se com esta realidade, as IPSS têm urgentemente que “arregaçar mangas” e encontrar um tipo de financiamento alternativo.

2.3.IMPORTÂNCIA DAS IPSS

“As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa, e encontram-se dispersas por todo o país. Durante séculos foram a instância fundamental de proteção social” (Sousa, 2012, p.7)

Como foi referido no capítulo anterior, com o passar dos tempos houve uma necessidade de se dar atenção aos direitos sociais.

Como a nossa sociedade não é perfeita, mesmo que não houvesse crise haveria sempre desigualdades e diferentes oportunidades, de acordo com cada elemento, família e comunidade mais restrita a que as pessoas pertencem. Nem todas as pessoas nascem com as mesmas condições de vida. Uns têm mais dificuldades, por nascerem numa ambiente pobre e/ou com fracos recursos, outros, em alguns momentos da sua vida, desviam-se do que é considerado padrão, o que pode levar também a essas dificuldades.

A maior ou menor facilidade de acesso a bens e serviços pode ocorrer considerada nos seus extremos: ou de acesso completamente facilitado ou acesso muito dificultado, por força do contexto social. Quando ocorre esta última situação, estamos perante casos exclusão social.

De acordo com Costa (1998), há a considerar quatro tipos de exclusão social: a de *ordem económica*, a de *ordem social*, a de *origem patológica* e a *causada por comportamentos autodestrutivos*. Vamos, de seguida, proceder à sua explicitação:

– A *exclusão de ordem económica* corresponde às más condições de vida, perante as quais a população demonstra fraco poder económico e financeiro, muitas vezes causadas pelas más condições de trabalho;

– A *exclusão de ordem social* onde prevalece a exclusão dos laços sociais, tais como a solidão dos idosos e dos doentes crónicos; a de tipo cultural relacionada com o racismo e a xenofobia;

– A *exclusão de origem patológica* é observada em pessoas com doenças psíquicas e que, não podendo ser internadas nos hospitais próprios, são abandonadas pelas famílias, pois estas muitas vezes não as controlam e, assim sendo, são “largam-nas” no mundo;

– A *exclusão causada por comportamentos autodestrutivos* é observada em pessoas com hábitos ligados ao consumo do álcool, à toxicodependência e à prostituição. Em alguns casos, estes comportamentos poderão levar as pessoas à situação de sem-abrigo.

O ideal seria que toda a população estivesse integrada na sociedade no sentido lato da palavra, ou seja, “a área social é caracterizada pelo conjunto de sistemas (grupos comunidades e rede sociais) em que uma pessoa se encontra inserida, desde os mais imediatos e restritos – tais como a família, ou vizinhança – passando pelas intermédias – de que são exemplo a pequena empresa, a associações desportivas e cultural, o grupo de amigos, ou a comunidade cultural - até às mais amplas – como local, o mercado de trabalho ou a comunidade política” (Costa, 1998, p.14)

A sociedade ideal seria aquela onde toda a população estaria integrada na sociedade, de acordo com os mesmos rituais ou padrões sem comportamentos disfuncionais. De facto, este seria o ideal, mas este ideal, está longe de acontecer. Há população que não tem acesso aos bens e serviços porque são pobres, pois embora obtenham rendimento do seu trabalho, este demonstra-se insuficiente para a obtenção dos bens essenciais, outras pelo facto de estarem excluídos da sociedade, porque não participarem na vida social. Segundo Costa (1998), “argumenta-se que, precisamente por causa do papel de integração social inerente ao trabalho, um emprego, mesmo quando precário e com salário baixo, é preferível ao desemprego, mesmo quando lhe corresponde um subsídio de desemprego razoável.” (p.15), exatamente pelo facto de não estar à parte da sociedade. Neste caso, não é a população que se desvia do que é considerado padrão, apenas o rendimento obtido pelo seu trabalho é escasso, devido ao facto, certamente, da pouca formação e das más condições de trabalho.

Para as outras pessoas que por razões várias estão excluídas da sociedade, não conseguindo prosseguir a sua vida de forma independente, é necessário criar instituições para lhes dar apoio, oferecendo-lhes uma vida mais condigna. E por estas razões, “as sociedades europeias debatem-se, presentemente, com alguns tipos de problemas sociais que têm vindo a preocupar crescentemente os poderes públicos e os cidadãos em geral. (Costa,1998,p.24)

Esta é uma realidade que sempre vai existir, e por muito que a sociedade fosse rica, como já disse anteriormente, haveria sempre estas realidades disfuncionais que é preciso apoiar. Aliás, de acordo com Valle (s.a.) “as necessidades sociais estão a evoluir de duas maneiras: algumas agravam-se e outras surgem sob a forma de novos perfis” (citado por Sousa, 2012: p.1995). Por isso é necessário fazer alguma coisa para que estas pessoas sejam apoiadas e para que esta disparidade de acesso aos bens e serviços seja menos acentuada. Por esta razão, Azevedo (s.a.) afirma que “o Estado tem que passar de omnipresente a inteligente, privilegiando uma atuação fina,

evitando as desigualdades e deixando a resolução dos problemas sociais aos atores sociais e à sociedade. O Estado constitui o grande problema da área social, mas nele reside também a grande solução da área social” (citado por Sousa, 2012: p.187)

É pois importante criar instituições que apoiem estas pessoas. Para Sousa (2012), esta questão pode ser encarada de três formas diferentes. Numa, o Estado deve ser o responsável pela ação social, numa outra a sociedade deverá organizar-se de forma independente para colmatar estas dificuldades destas pessoas, apoiando-as, e numa terceira haverá a junção das duas, cabendo ao Estado parte da responsabilidade pela ação social, mas estando as instituições são comprometidas a dar apoio a estas pessoas, prestando atenção aos seus problemas, fazendo uma prestação direta e imediata em função das devidas necessidades.

Assim, segundo Sousa (2012) “para esta prestação, o Estado recorre à participação das IPSS, regulando sua atividade e assegurando-lhes uma parte significativa do financiamento (...) As instituições «sentiram-se» contratadas pelo estado para a prestação de serviços que a este competiam; e, ao mesmo tempo, procuraram manter a sua identidade própria, radicada na sociedade social, independentemente do papel do Estado” (p.7)

Com isto, podemos verificar que a sociedade necessita destas instituições e que assim sendo, a importância destas é incontestável. São estas instituições denominadas de IPSS que dão apoio aos mais desfavorecidos e que lhes possibilitam a oportunidade de terem acesso a bens e serviços indispensáveis. O Estado, tendo a obrigação pelo fator social, tem assim que garantir a oportunidade de obtenção de bens e serviços básicos, sendo eles dirigidos à população, ou a um grupo, uma vez que, segundo Costa (1998) a exclusão diz respeito não apenas às pessoas e famílias, mas a todo um território. É o caso dos bairros de lata e de outros tipos de bairros degradados (...) em que as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço.” (p.16)

É assim necessário que se mantenham estas instituições que apoiam as populações mais desfavorecidas, pois caso elas não existissem a sociedade estaria muito mais degradada do que está atualmente.

No art.º 13º da Constituição da República Portuguesa, que consagra o princípio da igualdade, pode ler-se que “1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social perante a lei. 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiando, prejudicando, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.”

Se estas instituições se extinguirem, provavelmente a vida de algumas pessoas estará muito mais condicionada, já que muitas delas não terão acesso a bens básicos, pois, “é evidente que uma pessoa sem recursos suficientes não tem acesso ao mercado de bens e serviços.” (Costa, 1998, p.17)

Esta é uma realidade que continua a existir, contudo, de acordo com Valle “Se a «máquina social» funcionasse bem, cada instituição teria como objetivo final a sua própria extinção, o que significaria que tinham resolvido os problemas a que se propuseram e extinguindo as necessidades sociais” (citado por Sousa, 2012, p.195), mas como podemos retirar desta afirmação, estas necessidades estão longe de acabar, o que nos leva a crer que estas instituições são de facto essenciais, pois, “a aferição da razão de existir de determinada instituição é, hoje, uma indagação incontornável. Se sim, porquê? Temos que concentrar-nos na “desmontagem para a remontagem”, com liberdade de espírito, perspicácia e capacidade de avaliação interna.” (Costa(s.a.) citado por Sousa:2012, p.167)

Concentrando-nos mais na realidade da IPSS “Novo Sol”, e conhecendo o contexto social na qual está inserida, podemos dizer que tudo o que foi dito anteriormente se encontra de acordo com esta realidade.

A IPSS “Novo Sol” tem como oferta pedagógica o pré-escolar e o ATL, tendo crianças sobretudo do bairro que a circunda. Este bairro é um local onde existem população disfuncional e famílias numerosas. A instituição, para

além de servir de apoio às crianças, dando lhes outras oportunidades, apoia também as suas famílias na procura de emprego, proporciona-lhes um local onde deixar os seus filhos, perto do seu local de habitação, recebendo em contrapartida uma mensalidade que está de acordo com os seus rendimentos.

Imaginando que esta instituição por motivos financeiros tem que fechar, prevê-se uma situação social um pouco complicada. Grande parte das crianças do pré-escolar não teria possibilidades de frequentar outra instituição de ensino, passando a ficar em casa com os seus pais.

Estes, perante esta situação, poderiam ponderar a possibilidade de se desempregarem, uma vez que o Rendimento Social de Inserção, cujo valor poderia, em alguns casos, ser maior do que auferiam no seu emprego, lhes bastaria para as necessidades diárias. Estariam nesta situação os pais com baixo nível académico e profissional e que por estes motivos, aufeririam vencimentos relativamente reduzidos, o que associado ao facto de terem menos despesas com os filhos, por não terem necessidade de os colocar numa outra instituição, lhes diminuiria as despesas globais.

No que concerne às crianças que frequentam o ATL, deixariam de ter apoio na realização dos trabalhos de casa, ficando essa obrigação para segundo plano, sendo esse tempo passado na rua, sem apoio e sem controlo podendo ser facilmente desencaminhadas.

De facto, não só as IPSS em geral são importantes para dar apoio à população mais necessitada, como a IPSS “Novo Sol” é importante para garantir um desenvolvimento integral e saudável das crianças que a frequentam, tentando promover o seu desenvolvimento. Esta tem como função apoiá-los nos seus estudos, podendo levar ao sucesso escolar e quem sabe, a um emprego menos precário, como o de grande parte dos seus familiares.

Esta instituição é, para além de tudo, uma oportunidade destas crianças agarrarem as ofertas que lhes estão disponíveis podendo assim mudar algumas das suas condições de vida, sendo futuramente pais e mãe mais

informados, e melhor integrados na sociedade do que da geração que os antecederam.

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

3.1.CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

3.1.1 Do meio Envolvente

A IPSS Novo Sol está localizada num bairro social da cidade do Porto, podendo mesmo dizer-se que está inserida no centro desse mesmo bairro.

De acordo com os dados fornecidos pela Junta de Freguesia desta localidade, esta freguesia manteve a sua característica de ruralidade, mas com o passar dos anos o urbanismo foi inevitável, dando-lhe uma característica mais citadina, estando, desde os finais do ano de 1895, incluída na cidade do Porto, embora só em 1916 passe a pertencer à região eclesiástica da Invicta.

Esta freguesia contempla duas realidades muito distintas. Se, por um lado, é uma localidade rica da cidade do Porto, com boas zonas de acesso, onde algumas destas habitações têm um valor comercial bastante elevado, o que faz com que, apenas algumas famílias tenham poder económico para a sua compra/aluguer, por outro, existe um bairro social consideravelmente grande, muito conhecido, onde esta realidade é o oposto à já apresentada, habitada por famílias com dificuldades económicas, muitas delas dependentes do RSI (Rendimento Social de Inserção), com um capital per capita reduzido, associando na mesma freguesia duas realidades bastantes díspares.

Fazendo uma análise dos dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) através dos censos de 2011, posso afirmar que esta localidade tem 12843 habitantes sendo que 6044 são do sexo masculino e 6799 do sexo feminino, numa zona geográfica com 2,67 quilómetros quadrados, como podemos verificar nos anexos à tabela 1.

Dessa população, 703 não têm qualquer tipo de nível de escolaridade, sendo que 382 são analfabetos com mais de 10 anos, 333 têm o ensino pré-escolar (sendo as crianças que estão a frequentar este nível de ensino), 3253 têm o 1º ciclo do ensino básico, 1160 o 2º ciclo e 1751 o 3º ciclo, 1739 têm o ensino secundário, 80 o ensino pós secundário e 3824 do ensino superior. (ver anexos tabela 2)

Da população total desta freguesia, 5788 é população ativa, onde 4809 está empregada e 979 desempregada.

Dos 979 desempregados, 203 estão à procura do primeiro emprego, sendo, possivelmente, jovens que acabaram os seus estudos, e 776 estão à procura de um novo emprego.

Através da análise da tabela 3 dos anexos acima referida pode concluir-se que a freguesia tem 630 crianças com idade compreendida entre os 0-6 anos de idade, onde existem também famílias numerosas, verificando-se que existem, por exemplo, 56 casais de direito com 3 filhos.

De acordo com o quadro que se segue, é possível verificar o número de crianças que existem com idades compreendidas de 0-4 anos, que corresponde à idade pré-escolar; no entanto, os 5 anos também estão incluídos nessa mesma faixa etária do pré-escolar, mas torna-se complicado uma análise, uma vez que a seleção por idades que o INE elaborou o enquadra noutra escala etária.

Com a análise do quadro, pode concluir-se que existe pelo menos, aquele número de crianças em idade pré-escolar, uma vez que se refere aos casais, e um casal pode ter mais do que um filho naquele escala etária, ao mesmo tempo que, como já foi referido, crianças com 5 anos, que também

estão na faixa etária do pré-escolar, não está analisada porque se encontra inserida noutra escala, pelos dados do INE.

Analisando a tabela 4 dos anexos, verificamos o número de famílias com filhos e qual a situação profissional dessas mesmas famílias. Por exemplo, verificamos que de entre os 1567 casais de direito, com filhos, 800 destes estão ambos empregados, 449 têm um elemento desempregado ou inativo e 318 famílias têm ambos os elementos desempregados, verificando a percentagem abaixo apresentada.

Como podemos verificar no gráfico 2 dos anexos, no que concerne aos casais de facto, as percentagens são todas muito próximas umas das outras, sendo praticamente o mesmo número de família em que ambos estão a trabalhar, como os que têm um elemento desempregado, ou ambos desempregados. Já no gráfico anterior, verificamos que, a maior parte desses casais de direitos estão ambos empregados, mais de metade dessas famílias têm ambos os elementos empregados 51%.

Através do mesmo quadro podemos verificar que existe ainda um número consideravelmente elevado de famílias monoparentais, sendo que 115 são homens com filhos e 673 mulheres com filhos.

Com a análise destes dados, pode-se de facto verificar que existe um pouco de tudo nesta localidade. Como referi anteriormente, esta localidade contempla dois extremos, pois se, por um lado, é uma zona considerada rica, e verifica-se isso pelo tipo de habitações que a rodeia, sobretudo ao longo de toda a sua periferia, por outro, tem habitações com poucas condições e os bairros sociais que foram recentemente restaurados. Esta é uma localidade com cinco instituições de apoio à saúde, desde centros de saúde, hospitais, e centros de apoio; cinco instituições de apoio à terceira idade e no que concerne à cultura, tem na sua localidade um teatro e uma fundação, tem três instituições sociais, e quatro cooperativas de habitação.

No que diz respeito à educação, esta localidade tem cinco instituições de apoio à infância, sendo que duas delas são instituições privadas, e com duas escolas do primeiro ciclo do ensino básico.

3.1.2. Da freguesia da IPSS “Novo Sol”

A IPSS “Novo Sol” pertence a uma freguesia do Concelho do Porto fazendo fronteira com outras localidades e com o Oceano Atlântico. De acordo com o site do INE, nos censos de 2011, é uma localidade com cerca de 12843 habitantes. Estes habitantes têm várias origens, nomeadamente a etnia cigana e ainda um grupo de ucranianos.

A sua história remonta o tempo em que esta localidade era uma aldeia que servia apenas como local de passagem para as romarias de localidades próximas.

Esta é também muito conhecida pelos ribeiros que por ali correm, contribuindo assim para a existência de várias profissões, como pescadores, ferradores, carpinteiros e oleiros.

Por volta do ano mil, muita gente se converteu à Fé, procurando um refúgio e salvação da alma, devido à peste, guerras, morte e fome que ocorriam nessa data, fazendo assim doação dos seus bens à igreja.

É uma localidade bastante agrícola, onde as habitações surgem, na sua grande maioria ao redor da igreja. Era uma zona com pouca população, começando a aumentar quando foram construídos os primeiros bairros camarários. Assim, e dando um passo maior no tempo, em 1950 foi construído o primeiro bairro para ser habitado pelos funcionários da Sociedade dos Transportes Coletivos do Porto; de seguida, em 1958, outro bairro, mas este para famílias com fracos rendimentos; passado mais alguns anos, mais precisamente 4, constrói-se outro bairro para albergar as famílias que viviam em ilhas e, mais tarde, em 1968 o Bairro onde fica localizado a IPSS “Novo Sol” realojando assim a população que vivia em bairros de lata desta mesma localidade.

A partir da década de 70 esta localidade começou a desenvolver outros tipos de habitações, espaços verdes, que é o que hoje nós conhecemos desta

realidade. Assim, foram criadas 4 cooperativas nesta região em menos de uma década.

É, assim, uma freguesia claramente residencial, sobretudo devido à quantidade de bairros camarários que por ali proliferam.

São vários os tipos de habitação existentes na localidade, uma terra com grandeza cultural, existindo edifícios e monumentos de diversos estilos arquitetónicos. Numa área extensa, ao redor da igreja, predominam as moradias, habitações simples e somente para o uso familiar. Existem também algumas quintas a necessitar de alguns cuidados e reconstrução.

Esta freguesia é considerada morfologicamente uma região plana, apresentando um clima temperado marítimo devido à sua localização geográfica. As chuvas sentem-se praticamente ao longo de todo o ano devido aos ventos marítimos à sua proximidade com o mar, tendo uma temperatura média que varia entre os 8°C e os 20°C. É uma região com bastantes zonas verdes não havendo assim grandes problemas de poluição.

3.1.3. Da IPSS “Novo Sol”

De acordo com a análise feita ao Projeto Educativo da IPSS em questão, pode dizer-se que a IPSS “Novo Sol” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, localizada num bairro social da cidade do Porto.

Atualmente está sediada no rés-do-chão de uma antiga escola preparatória, depois da reabilitação deste espaço pela Câmara Municipal do Porto, adaptando-o para ao serviço que esta instituição hoje presta.

É uma instituição com 73 crianças, distribuídas pelas várias valências (dos 2 anos aos 5 anos). Fazendo uma análise geral do contexto socioeconómico destas crianças, verifica-se que 54 destas 73 crianças residem no bairro onde está sediada esta Instituição, as restantes 21 são de localidades mais ou menos próximas, como Matosinhos, Leça da Palmeira, Fânzeres e Valongo.

As instalações desta instituição estão em bom estado de conservação. No que diz respeito às paredes, estas têm cores claras, criando um ambiente harmonioso, e cada sala tem as paredes diferentes, de modo a dar uma identificação própria.

A iluminação é feita tanto de forma artificial como natural, uma vez que cada sala tem 8 janelas, isto é, uma das suas laterais é composta por janelas permitindo uma boa iluminação da sala.

Esta instituição é composta por: instalações sanitárias apropriadas para as crianças, quatro salas de jardim-de-infância, um salão/polivalente, duas salas adaptadas para ATL, refeitório adaptado às diferentes idades, espaço para equipamento de cozinha, arrumo e armazenamento de produtos alimentares, secretaria, gabinete, incluindo um espaço para arrecadação de material didático, espaço para arrumar material de limpeza, instalações sanitárias para adultos, espaço para jogos ao ar livre, gabinete de direção, gabinete do corpo docente e gabinete médico.

No que concerne às instalações sanitárias, existem 4 casas de banho, com sanitas separadas, mas sem porta, havendo também vários lavatórios. Estas são adaptadas à faixa etária das crianças e a casos de algum tipo de deficiência motora, assim como localizadas, estando as sanitas e lavatórios mais pequenos junto das salas dos mais pequeninos.

O ATL também dispõe de duas casas de banho, estando divididas por sexos, tendo uma sala grande, com várias mesas e cadeiras para as crianças trabalharem e um local mais amplo, onde as crianças podem brincar mais a vontade.



Ilustração 1 - Sala de ATL

O refeitório está localizado junto à cozinha, sendo composto por várias mesas e cadeiras de acordo com a faixa etária e número de crianças. É neste local que se servem os almoços e lanches da tarde, ambos confeccionados na própria instituição, havendo uma alimentação equilibrada e saudável, uma vez que a ementa é elaborada com a ajuda dos nutricionistas do centro de saúde.



Ilustração 2 - Refeitório

Esta instituição possui um salão, que serve de hall para receber e entregar as crianças, assim como, para atividades como as sessões de movimento, manhãs recreativas. Este local está igualmente em bom estado de conservação, tendo vários materiais disponíveis e ao dispor das crianças.

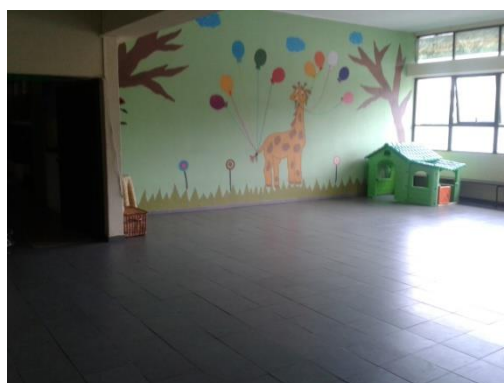


Ilustração 3 - Salão de Entrada

As salas de atividades possuem iluminação natural e artificial, como foi referido anteriormente, com materiais próprios à faixa etária das crianças, tendo ao mesmo tempo ventilação e aquecimento.



Ilustração 4 - Sala 2 anos



Ilustração 5 - Sala 3 anos



Ilustração 6 - Sala 4 anos



Ilustração 7 - Sala 5 anos

Toda a instituição tem apenas um piso, o que facilita a locomoção por parte das crianças e, por conseguinte, a sua autonomia.

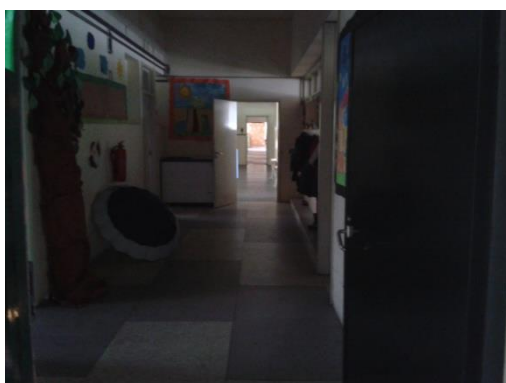


Ilustração 8 - Corredor interior de acesso às salas e refeitório

Esta instituição é administrativamente, financeiramente e hierarquicamente particular. Nesta IPSS as crianças têm duas atividades extracurriculares.

Esta instituição é composta por 4 docentes (3 educadoras de infância e uma técnica de ATL), e 5 auxiliares de ação educativa, uma cozinheira, uma empregada de limpeza, uma diretora técnica e um porteiro/segurança.

No que concerne aos discentes, esta IPSS tem 73 crianças do pré-escolar e 47 do ATL.

Grande parte destas crianças passa mais do que 8 horas diárias na instituição, tendo esta um horário das 8h às 18h30, fazendo as auxiliares de ação educativa 7 horas e meia e as educadoras 7 horas, com uma hora indireta (hora pedagógica). As funcionárias da cozinha e limpeza têm um horário de 8 horas diárias.

Fazendo uma análise socioeconómica das famílias das crianças desta instituição, pode-se verificar que 42 progenitores (pai e/ou mãe) estão desempregados e a maior parte tem profissões não qualificadas, sendo 53 progenitores.

Existe uma tabela de Classificação Nacional das Profissões, que vai de 0 a 9, que define o tipo de emprego/trabalho com as qualificações que esses mesmos trabalhos requerem.

De acordo com a Classificação Nacional das Profissões do INE pode verificar-se que não existe encarregados de educação do grupo 1, nem do grupo 6, e que existe um valor muito significativo entre o grupo 9 e os restantes grupos, como se pode observar na tabela que se segue.

Coluna1	2 anos	3anos	4 anos	5 anos	Total
Gr.1 - Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	0	0	0	0	0
Gr.2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	3	0	0	1	4
Gr.3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	0	1	5	0	6
Gr.4 -Pessoal Administrativo e Similares	0	1	2	0	3
Gr.5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	2	2	3	3	10
Gr.6 - Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	0	0	0	0	0
Gr.7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2	0	2	1	5
Gr.8 - Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	0	0	1	0	1
Gr.9 - Trabalhadores Não Qualificados	18	17	14	4	53
Gr.0 - Militares e pessoal das forças armadas	1	0	0	0	1
Desemp.	11	10	8	13	42
Sem inf.	8	8	0	4	20

Tabela 1 - Grupo de Profissões

É uma instituição com os recursos humanos necessários, mas que, por vezes, parecem escassos quando um imprevisto surge. Existe alguma resistência por parte de algumas pessoas em se adaptarem a novas situações, no entanto, existem outras que colaboram e fazem o possível para que as coisas corram pelo melhor. Grande parte da equipa pedagógica desta instituição é efetiva, estando há mais de uma década na instituição o que faz com que já haja uma tradição muito enraizada. Este é ponto importante, uma

vez que, as pessoas já se conhecem bem, sabendo como cada uma trabalha, o que faz com que se trabalhe com outra motivação, as pessoas já sabem com o que contam, existindo maior estabilidade. Por esta razão também, estas dialogam facilmente entre si, havendo um maior nível de comunicação, grau de participação e eficácia nas próprias decisões.

No final de cada ano letivo, as educadoras começam a elaborar o Projeto Pedagógico para o ano seguinte, assim como o plano anual de atividades, documentosestes que são orientadores do processo pedagógico. Cada sala tem o seu Projeto Curricular, elaborando as planificações das atividades, portfólios das crianças (que contempla os trabalhos e registos de observação) assim como o Projeto Lúdico.

3.2. DE QUE FORMA A IPSS “NOVO SOL” É FINANCIADA

As IPSS são instituições com particularidades muito específicas, pois se por um lado têm um carácter privado, gerido por entidades particulares, estão também dependentes do Estado uma vez que é através deste, por parte do seu financiamento, que as IPSS funcionam. De acordo com o artigo 63.º, n.º5 da Constituição da República Portuguesa e estando definidos na Lei n.º 4/2007 de 16 de janeiro o “Protocolo reitera os princípios de uma parceria público/social e determina um compromisso assente na partilha de objetivos e interesses comuns, bem como de repartição de obrigações e responsabilidades entre Estado e as Instituições” (Protocolo de cooperação entre o MSSS e CNIS, p.1)

Para que uma instituição possa ser uma IPSS e ter apoios do estado, esta tem que estabelecer acordos de cooperação com a segurança social,

onde serão definidas cláusulas, que tanto a instituição como a segurança social têm que cumprir.

Nesse acordo deverão estar bem definidas as finalidades, objetivos, obrigação geral de cooperação, a obrigação da instituição e o tipo de apoio financeiro.

Mas o financiamento das IPSS não é apenas da responsabilidade do Estado. Os encarregados de educação têm também a obrigação de pagarem uma mensalidade pela frequência do seu educando na instituição, que será estabelecida pela instituição, de acordo com os seus rendimentos.

Embora a instituição seja a mesma, cada família paga pela frequência do seu educando o que, legalmente, pode pagar, podendo assim, numa mesma instituição, haver mensalidades muito dispares. A instituição não atribui essa mensalidade de modo arbitrário, segue um conjunto de critérios, fazendo um cálculo de mensalidade mais adequado a cada família. Esses critérios são sugeridos pela segurança social e aplicados pela instituição no cálculo da comparticipação familiar.

Assim, e de acordo com o disposto na Circular Normativa n.º 3/97, de 2 de maio e na Circular Normativa n.º 7/97, de 14 de agosto, da Direção da Ação Social (DGAS), “o cálculo do rendimento per capita do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R=(RF-D)/N$$

Legenda:

R = Rendimento per capita

RF = Rendimento mensal líquido do agregado familiar

D = Despesas fixas

N = N.º de elementos do agregado familiar

Depois de obter o valor de R, verifica-se a que escalão pertence fazendo um novo cálculo para dar o valor da mensalidade. Para isso, as IPSS regem-se por um quadro que é sugerido pela Segurança Social (ver tabela) podendo a instituição depois adaptar melhor à sua instituição, mas sempre dentro das normas da segurança social.

De acordo com a situação financeira dos pais e do aumento do número de

ATL Tabelas de Participação Familiar

S.N.M. 485€

$$R \text{ (Rendimento per capita)} = \frac{RF(\text{Rendimento Mensal ilíquido do agregado familiar}) - D \text{ Despesas Fixas}}{N \text{ (Número de elementos do agregado familiar)}}$$

1º ATÉ 30%	Até 145€	5%	Até 6,75€
2º De 30% a 50%	De 145€ a 243€	7%	De 9,45€ a 15,75€
3º De 50% a 70%	De 243€ a 340€	10%	De 22,50€ a 31,5€
4º 70% a 100%	De 340€ a 485€	12,5%	De 39,38€ a 56,25€
5º De 100% a 150%	De 485€ a 727€	15%	De 56,25€ a 101,25€
6º Mais de 150%	Mais de 727€	15%	Até 101,25€

Ilustração 9 - Tabela de Participação Familiar

desempregados e em empregos precários, o rendimento das famílias tende a ser baixo, o que determina mensalidades baixas.

Com o desemprego das famílias, muitos encarregados de educação optam por retirar os seus filhos das instituições, pois, por pequena que seja a mensalidade é sempre algo em que eles podem poupar, uma vez que já têm disponibilidade para ficar com os seus filhos. E, de acordo com o que nos diz

Sousa (2012), “têm também aumentado os casos de famílias que retiram as crianças das instituições ao longo do ano escolar por dificuldades financeiras, agravando ainda mais os problemas de tesouraria, pois as vagas que são libertadas a meio do ano dificilmente são preenchidas” (p. 20).

No que concerne à IPSS “Novo Sol” passa-se exatamente o mesmo, não sendo de todo uma exceção!

Esta IPSS sobrevive sobretudo dos subsídios estatais, de acordo com o protocolo realizado com a Segurança Social e não tendo subsídios de outras entidades (ver tabela que se segue). Neste protocolo estão abrangidas 66 crianças do jardim-de-infância e 61 crianças do ATL, ou seja, a comparticipação financeira é dada para 66 crianças do jardim-de-infância embora as que frequentam a instituição sejam mais do que essas, cerca de 80. No ATL, o número, atualmente, corresponde ao valor que está em protocolo.

MAPA DEMONSTRATIVO DAS COMPARTIÇAÇÕES

72	COMPARTIÇAÇÃO DOS UTENTES	41.384,09
721	Mensalidades e Inscrições	41.384,09
	<i>Jardim de Infância</i> (valor médio mês = 2934,19 x 11)	32.276,09
	<i>CATL</i> (valor médio mês = 828,00 x 11=)	9.108,00
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGAD. À EXPLORAÇÃO	
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos	
7511	ISS-Centro Regional de Segurança Social	155.130,00
	<i>Jardins de Infância</i> 174,18 x 66 = 11.495,88 x 12	0,00
	<i>Centro Actividades Tempos Livres</i> 41,62x61=2,538,82-(reposiç.534,00+157,00+416,20)=1,431,62x12	137.950,56
		17.179,44
752	Subsídios de outras entidades	0,00

Ilustração 10 - Comparticipações

Como se pode verificar na tabela que se segue, estão representadas as receitas da IPSS “Novo Sol” e de onde são provenientes essas mesmas

receitas. De acordo com esta tabela, verificamos que a comparticipação familiar é muito reduzida comparativamente a da comparticipação Estatal, sobretudo, sabendo que a comparticipação estatal corresponde a 66 crianças enquanto que as de comparticipação familiar corresponderão a cerca de 80 crianças.

72,.....	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	41.384,09	0,00	0,00
725	Matric.e mensalidades de utentes.....	41.384,09	0,00	0,00
727	Abonos (Portalegre)	0,00	0,00	0,00
75,.....	SUBSÍDIOS, DOAÇ.,LEGAD. À EXPLORAÇÃO	155.130,00	0,00	0,00
751,.....	Subsíd.do Estado e out. entes públicos			
7511	ISS-Centros Regionais Seg. Social	155.130,00	0,00	0,00
752,.....	Subsídios de outras entidades			
78,.....	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	33.552,12	0,00	0,00
782	Descontos pronto pag.obtidos	0,00	0,00	0,00
787	Rendim.e ganhos em investim.não financeiros	0,00	0,00	0,00
788,.....	Outros (rendim. E ganhos)			
7881	Correcç.relativas a exercicios anteriores	0,00	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios para investimentos	0,00	0,00	0,00
7884,.....	Ganhos em outros instrum.financ.			
78841	Descontos a abatimentos em compras	0,00	0,00	0,00
7888,.....	Outros			
78881	Quotizações (sócios)	270,00	0,00	0,00
78882	Donativos	33.282,12	0,00	0,00
79,.....	JUROS DIVIDEND.E OUT.REND.SIMILARES	559,00	0,00	0,00

Ilustração 11 - Receitas da IPSS

Com todas estas vicissitudes, as instituições começam a viver dias difíceis. Para além desta realidade, salas que eram compostas pelo número máximo de crianças, de um momento para o outro vão ficando mais vazias e as despesas, essas, são praticamente as mesmas e a meio do ano, dificilmente existem novas entradas, havendo assim uma quebra nas mensalidades, que por pequena que fossem eram mais uma ajuda.

Por esta razão, muitas IPSS passam momentos difíceis e “a maioria das instituições não estava preparada e, em muitos casos nem vocacionada, para a diversidade e dimensão das situações de carência material com que começaram a deparar-se quase diariamente.” (Sousa, 2012, p.21).

Perante esta situação, as IPSS têm que começar a procurar novas formas de financiamento, de modo a que possam continuar a exercer os seu trabalho e

dar resposta às necessidades da população. Como vimos, uma das formas de financiamento é a comparticipação do estado, mas não pode ser única, como diz Sousa (2012) “o alargamento da comparticipação por parte da Segurança Social é uma alternativa possível e tem sido a principal via adotada nos últimos anos (...) contudo, as restrições nas despesas públicas, que se prolongam pelos próximos anos, deixam antever que esta não pode continuar a ser encarada como a principal e, muito menos, a única via.” (p.24)

Assim, cabe a cada instituição, de acordo com o seu perfil, localidade, população alvo, entre outros, uma tarefa árdua, ou seja, encontrar estratégias de financiamento alternativo, de modo a que possa ser possível dar continuidade ao Projeto Educativo.

Ainda segundo o autor citado anteriormente “um desafio importante que atualmente se coloca às IPSS é o reajustamento de mentalidades, seguido da atuação concreta no sentido de reduzir a dependência face ao apoio financeiro da Segurança Social, encontrando formas alternativas de financiamento que ajudem à comparticipação dos custos daqueles cujos baixos rendimentos não permitem pagar o preço integral do serviço” (p.25 - 26).

Existem algumas instituições que já começaram a «arregaçar mangas e a pôr mão ao trabalho». Uma das alternativas está presente no trabalho de voluntariado, onde muitas instituições podem usufruir de um serviço, muitas vezes especializado a custo zero, colmatando assim as necessidades sem qualquer custo para a instituição, uma vez que “o reforço do recurso ao trabalho voluntário tem permitido a muitas destas instituições estarem à altura de responder a este novo afluxo de necessidades sociais sem aumentar significativamente os custos” (Sousa, 2012, p.21).

Mas uma instituição não pode apenas estar dependente dos voluntários, uma vez que estes são isso mesmo, pessoas que, neste momento, estão presentes na instituição dando apoio no que podem e sabem fazer de melhor, mas não têm qualquer carácter de obrigatoriedade, o que faz com que, de um momento para o outro, possam falhar. Assim, existem também

outras instituições que dispendo de um pouco de terra, aproveitam essa mesma terra para benefício próprio, isto é, cultivam os legumes e obtêm as frutas para a instituição, não havendo assim gastos neste sentido, ou então rentabilizam esse espaço, alugando-o, uma vez que segundo Sousa (2012) “Há também instituições que estão a disponibilizar terrenos agrícolas a quem os queira cultivar, em regime de horta social. A terra é cedida a famílias com o objetivo de a cultivarem, revertendo os produtos para a própria família e para quem esta pretenda ajudar, sejam outras famílias ou a própria instituição”(p.21).

Outra medida a ser adotada poderá ser a do mecenato. Este consiste num conjunto de benefícios fiscais para quem, de forma individual ou coletiva faça donativos em dinheiro ou em género a entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, de forma genuína, isto é, sem receber algo em troca, de modo a que não se confunda assim com patrocínios, uma vez que neste se pressupõe uma «moeda de troca».

Assim, “para efeitos fiscais, os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie, concedidos, sem contrapartidas que configurem obrigações de carácter pecuniário ou comercial, às entidades públicas ou privadas, previstas nos artigos seguintes, cuja atividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional.” (Art.º 56º -C, cap.X, Dec. Lei n.º 215/89 de 1 de julho)

Como podemos verificar, esta poderá ser uma estratégia de financiamento alternativo, uma vez que tanto a instituição que recebe como a que contribui tem algumas vantagens; por um lado, a instituição IPSS é apoiada com bens necessários ao seu funcionamento, não tendo desta forma que comprar esses produtos, ou seja, rentabilizando esse dinheiro para outras necessidades, assim como, a instituição que doa tem benefícios fiscais que poderão ser muito úteis para as mesmas.

É uma iniciativa louvável e para a qual algumas empresas ou superfícies comerciais, tais como hipermercados poderiam contribuir,

aproveitando essas possibilidades e contribuindo para satisfazer as necessidades da população em geral. Parte das IPSS tomaram essa iniciativa, em encontrar mecenas com quem possam estabelecer esta parceria, recorrendo a entidades que poderão fornecer aquilo que a IPSS necessita tal como iogurtes, leite, bolachas, legumes, pão, entre outras.

Outra das estratégias que Sousa (2012) sugere para o financiamento alternativo é a rentabilização do espaço tanto móvel como imóvel, ou seja, uma vez que a instituição dispõe de uma estrutura, o edifício, poderia alugar para outras atividades enquanto não decorrem atividades letivas, isto é, durante o fim de semana e fins de tarde e noite e, até mesmo, em período das férias. Para além destas, o mesmo autor sugere também que se faça uma rentabilização de custos e haja partilha de recursos, nomeadamente no que concerne ao pessoal especializado, podendo um funcionário não estar afeto a uma determinada instituição, mas prestar serviço a outras de localidade próxima, de modo a que o vencimento desse funcionário não estivesse somente ao cargo de uma instituição, mas de todas aquelas às quais presta serviço.

Outra sugestão poderia passar pelo alargamento da oferta educativa da instituição. A IPSS de que estamos a falar abrange crianças desde os 2 anos de idade até à sua entrada para o ensino básico, tendo também ATL em que este funciona num espaço só com esta finalidade, que corresponde a 2 salas do pré-escolar.

Grande parte da população ativa com filhos recém nascidos, no final do tempo de licença de maternidade (4 ou 5 meses) tem que regressar ao trabalho. E surge desde logo uma preocupação de onde colocar os seus filhos nessa altura, caso não tenham familiares que possam ficar com eles. Com isto, e para responder às necessidades da população, existem infantários que têm oferta pedagógica desde os 5 meses.

Após a sua colocação nesse infantário, e se não tiver nada que lhes desagrade, dificilmente os pais retiram de onde inicialmente colocaram para

depois colocarem noutra instituição, somente os que colocam em instituições que apenas têm creche (dos 0 aos 2 anos).

Uma vez que a localidade na qual a IPSS “Novo Sol” está inserida tem por um lado uma zona de bairro com um nível socioeconómico das famílias reduzido, onde as mensalidades atribuídas vão ser muito baixas, também está localizado junto a uma zona com maior poder económico do Porto.

Grande parte das pessoas que residem nesta zona rica da cidade do Porto tem que colocar os seus filhos em algum lado para poderem continuar a trabalhar, e embora a IPSS “Novo Sol” esteja perto da sua residência, não poderá receber estas crianças porque não dispõe desta oferta.

Se estas crianças pudessem frequentar a instituição, a mensalidade que lhes estaria atribuída seria certamente superior às que são praticadas ao atual público-alvo da IPSS, o que aumentaria as receitas, contribuindo desta forma para a sustentabilidade da mesma. Ao mesmo tempo que muitas destas crianças que entrariam para a creche fariam o pré-escolar nesta IPSS, aumentando, assim, também, o número de crianças do pré-escolar, logo mais mensalidades, e deste modo, mais receitas!

Mas para que isso acontecesse era necessário haver mudanças. A IPSS “Novo Sol” dispõe de um espaço amplo, correspondendo a cerca de 1/3 do que é usado na parte de jardim-de-infância, que se destina ao ATL. Esse espaço tem uma rentabilização baixa, na medida em que, apenas é utilizado no período da tarde, quando as crianças já não têm aulas na escola.

Assim, uma das medidas a ser aplicadas, seria, em conjunto o presidente do Agrupamento de Escolas dessa localidade realizar uma parceria que consistiria na cedência de um espaço/ sala na E.B. 2,3 dessa escola onde passaria a ser realizado o ATL. Assim, o espaço que serve atualmente o ATL poderia ser local de creche da IPSS “Novo Sol” e garantia-se na mesma o apoio às crianças que frequentam o ATL, mas apenas num local diferente.

Por um lado, as crianças não necessitariam de se deslocar da escola, ao mesmo tempo que ficava uma área da IPSS livre, que poderia equipar com

materiais de creche, abrindo assim, uma maior oferta pedagógica, elaborando também um protocolo com a Segurança Social para esta valência.

No entanto, para que estas medidas possam ser aplicadas, é necessário outra coisa muito importante e, a mudança de mentalidades por parte dos dirigentes das instituições. Estes não podem considerar os apoios públicos como a única fonte de receita das instituições, somente porque ambos têm um contrato de cooperação; “O grande desafio à atuação das IPSS é, pois, continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificados onde os apoios públicos são uma entre várias outras fontes de financiamento (...). Esta mudança de visão obriga também e primeiro que tudo a uma mudança e mentalidades no seio de muitas das IPSS. Mas esta mudança é inevitável e urgente” (Sousa, 2012, p.29)

3.3. DE QUE FORMA O FINANCIAMENTO PROMOVE A CONTINUAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO DA IPSS “NOVO SOL”

Inicialmente pode-se questionar de que forma o financiamento está diretamente relacionado com a continuação do projeto educativo, uma vez que qualquer instituição necessita ter presente um projeto educativo pelo qual se orienta.

Contudo, de acordo com a particularidade de cada uma delas, esta questão poderá tornar-se mais ou menos pertinente. A IPSS “Novo Sol” é uma instituição de cariz solidário, sem fins lucrativos, tendo como subsistência o financiamento oriundo do protocolo da Segurança Social e das mensalidades dos utentes.

Esta instituição passa por dias complicados. À medida que o tempo passa, as despesas tornam-se maiores e os apoios são reduzidos. Perante esta realidade, torna-se crucial encontrar apoios por outras vias, ou seja, definir estratégias/ alternativas para novas formas de financiamento. Embora se encontre nesta situação, não deixa de ter o seu projeto educativo, pelo qual se rege, como qualquer outra instituição.

O projeto educativo de uma escola, de acordo com o artigo 2º do decreto-lei n.º43/89, “traduz-se, designadamente, na formulação de prioridades de desenvolvimento pedagógico, em planos anuais de atividades educativas e na elaboração de regulamentos internos para os principais setores e serviços escolares”.

É ele que dá identidade à instituição, e ele que define as suas orientações, sejam de ordem organizacional, pedagógica e financeira definindo os caminhos que a instituição deve seguir na perseguição dos seus fins educativos.

O projeto Educativo, segundo Carvalho (1994) “permite o salto qualitativo que faz passar do sonho e do desejo, à ação, ao assumir-se como organizador de diversidades e construtor de espaços de autonomia.” (p. 49).

Esta instituição tem um papel fundamental nesta comunidade. Presta apoio e proteção social a muitas crianças que residem neste bairro, uma parte das quais é acompanhada por entidades de proteção, como a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), que pedem a esta instituição “abrigo” para estas crianças, para que sejam bem tratadas, bem nutridas, de modo a desenvolver todas as suas competências.

Grande parte do público-alvo desta instituição é oriundo de famílias de fracos recursos económicos, o que faz com que as mensalidades sejam baixas não dando para cobrir a totalidade das despesas. Nesta perspetiva assume particular importância a identificação de novas formas de financiamento que permitam resolver este défice.

Assim, o financiamento da instituição torna-se indispensável para dar continuidade ao seu projeto educativo, projeto este que tem como objetivo

primordial apoiar as crianças deste bairro, proporcionando-lhes um desenvolvimento integral, não esquecendo também todas as outras que a frequentam.

Permitir que todas elas desenvolvam a competência social, sabendo viver em sociedade, reconhecendo e contactando com as diferentes realidades sociais.

Torna-se, então, urgente encontrar outras formas de financiamento para resolver o pagamento das despesas que a atividade desenvolvida por esta instituição comporta e que vão desde os materiais de trabalho para as crianças, à alimentação, higiene e ao pagamento dos salários aos funcionários que nela desenvolvem a sua atividade profissional.

Se a verba que a instituição recebe do protocolo com a segurança social fosse igual ou superior às despesas, não haveria preocupação com o financiamento, mas uma vez que esta não se mostra suficiente, torna-se crucial encontrar financiamento alternativo.

Quando se elabora um projeto educativo de uma instituição deve-se ter em conta a realidade em que esta se encontra inserida e o público-alvo que recebe, pois “cabe ao projeto Educativo o papel de organizador da diversidade, estruturante de uma identidade e de apoio a uma singularidade criativa e dinâmica.” (Carvalho, 1994, p.48). O mesmo autor propõe um conjunto de ações que considera importantes, uma vez que “o Projeto Educativo de Escola é um documento de planificação de ação educativa. (...) O Projeto Educativo de Escola é, pois, um documento de planificação estratégia a longo prazo” (p. 46).

Para que todas estas ações possam ser levadas a cabo, é necessário que haja financiamento que comporte o seu desenvolvimento, caso contrário, ficará comprometida a continuação do projeto educativo da instituição.

3.4. OPÇÕES METODOLÓGICAS

Sendo a minha pergunta de partida é “Como obter o financiamento que garanta a viabilidade da IPSS “Novo Sol” (jardim de infância e ATL) e a continuidade do Projeto Educativo? Esta enquadra-se num estudo de caso, tentando dar resposta ao “como”, uma vez que perguntas do tipo “como” e “porque” estão enquadradas numa linha do estudo de caso.

Assim, “A essência de um estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados” (Schramm, 1971. p....)

O estudo de caso permite uma análise intensiva tanto em amplitude como em profundidade, utilizando todas as técnicas disponíveis face a amostra particular selecionada de acordo com determinados objetivos, ordenando os dados e os resultados de modo a preservar o carácter unitário da amostra.

Assim, segundo Monteiro (2000) “o método de análise intensiva privilegia a qualidade e a profundidade da informação, não visando a quantificação e a generalização dos resultados da investigação”. E, tendo em conta o trabalho e o tipo de investigação que pretendo realizar, este é o método mais adequado, tendo como objetivo compreender um caso concreto, a dificuldade económica ou, por outras palavras, a elevada dependência económica de subsídios estatais da Instituição na qual trabalho, de modo a encontrar formas de a contornar, isto é, de modo a que esta se torne autossustentável.

Neste tipo de métodos, estudam-se poucos casos, no entanto analisam-se muitas variáveis. Procura-se efetuar uma análise que aprofunde a unidade ou a temática em questão do fenómeno que se está a estudar, procurando trocar os aspetos semelhantes nos casos observados, ou seja, “O estudo de caso é o estudo da particularidade e complexidade e um único caso, conseguindo compreender a sua atividade no âmbito de circunstâncias importantes” (Stake, 2007, p.17) A investigação qualitativa permite ao investigador frequentar os locais a estudar, de modo a conhecer melhor a realidade concreta do estudo, não se desligando assim do contexto.

É nesta abordagem que pretende realizar-se o meu estudo, sou educadora de infância numa IPSS com algumas dificuldades económicas e a minha pergunta de partida e problema diz respeito, sobretudo, a esta IPSS em concreto, pretendendo analisar tal situação, não me desligando do contexto que pretendo investigar.

Ao realizarmos uma investigação deste tipo, onde o investigador está presente e em contexto com a realidade a ser estudada, corre-se alguns riscos na objetividade das respostas podendo modificar comportamentos. Por este motivo, é crucial que o investigador tenha uma posição o mais isenta quanto possível de modo a obter um resultado mais fidedigno, uma vez que, segundo Bogdan (1994) “quanto mais controlada e intrusiva for a investigação, maior a probabilidade de se verificarem efeitos do observador” (Bogdan, 1994, p. 68)

Ao realizar este estudo, o importante não é somente o resultado final de todo esse processo, mas sobretudo o modo de como se poderá atingir tais resultados, isto é, sabendo que a minha pergunta de partida “Como obter o financiamento que garanta a viabilidade da IPSS “Novo Sol” (jardim de infância e ATL) e a continuidade do Projeto Educativo? Todos os métodos que podem tornar isso possível são importantes, daí dizer que não importa apenas o resultado como também todo o processo até lá chegar.

E mais uma vez, estamos no campo da investigação qualitativa, uma vez que segundo Bogdan (1994) os investigadores qualitativos interessam-se muito mais pelo processo do que simplesmente pelo resultado final. “Para Reichardt e Cook (1986), Lincoln e Guba (1985), Colás (1998) e Bogdan e Biklen (1992), o estudo de caso é um dos métodos mais comuns na investigação qualitativa. Para os últimos autores, o estudo de caso consiste num exame detalhado de uma situação, sujeito ou acontecimento. Existem diversas modalidades de estudo de caso e distinguem-se pelas características e procedimentos que adotam (Colás, 1992b:252)” (Aires: 2011, p. 21)

3.4.1. Técnicas de Recolha de Informação

Para a elaboração do projeto de investigação, pretendo elaborar inquérito por entrevistas.

Cada uma destas técnicas possíveis de investigação têm a sua especificidade, e nada melhor que adequarmos as nossas técnicas de recolha de informação, tendo em conta o tipo de recolha de informação que queremos obter e de quem queremos esse mesmo tipo de informação.

A entrevista será aplicada ao presidente, à diretora técnica da IPSS, assim como ao contabilista uma vez que já foi membro da direção, desta mesma instituição. Estas entrevistas serão semipreparadas, isto é, semidiretivas de modo a melhor estar adequada a cada entrevistado.

Considerando estes elementos importantes para o estudo do caso em questão e uma vez que se demonstra ser os essenciais, mas, no entanto, reduzidos, torna-se crucial aplicar a entrevista, uma vez que esta estabelece uma interação direta.

Neste instrumento de investigação, tanto entrevistador como entrevistado têm um papel mais ativo, dando mais oportunidade para aprofundar, uma vez que o entrevistador vai orientando a entrevista de modo a não deixar “perder” os seus objetivos, ao mesmo tempo que poderá ir esclarecendo alguma dúvida que poderá surgir ao longo desta, havendo assim oportunidade de questionar e aprofundar a temática.

Ao elaborar as questões da entrevista, tem que se ter em conta o que pretendemos com esta, isto é, que tipo de perguntas vamos colocar. Para isso, baseamo-nos nos objetivos inicialmente traçados realizando assim questões que nos ajudem a encontrar respostas a esses mesmos objetivos, adequando as questões a cada entrevistado. Assim,

a) Presidente da IPSS	b) Diretora Técnica da IPSS	c) Contabilista da IPSS
-----------------------	-----------------------------	-------------------------

Objetivos	Questões	a	b	c
Caracterizar a situação financeira da IPSS;	Como caracteriza a situação atual da instituição?	X	X	X
	A IPSS tem algum tipo de financiamento para além da comparticipação do Estado? Quais?	X	X	X
	Que outro tipo de apoio tem a instituição? Quais?	X	X	
	Quantas crianças são abrangidas pelo protocolo? E quantas crianças têm na realidade?	X	X	
	Há quanto tempo têm este protocolo com a Segurança Social?	X	X	
	Como tem evoluído a saúde financeira da instituição?			X

Objetivos	Questões	a	b	c
Verificar que relação existe entre a sustentabilidade financeira e o serviço prestado pela instituição;	Como caracteriza a situação atual da instituição?	X	X	
	É possível dar continuidade ao Projeto Educativo se houver uma diminuição das receitas?	X	X	
	Considera que se a situação financeira da instituição fosse melhor haveria um melhor serviço? De que forma?	X	X	

Objetivos	Questões	a	B	c
Identificar possibilidades de redução de despesas;	Onde estão as maiores despesas? Podem ser reduzidas? De que forma?			X
	Na sua opinião considera que há despesas que poderiam ser evitadas/reduzidas? Quais?	X	X	
	Se sim, de que forma seria feita essa redução ou anulação dessas despesas?	X	X	

Objetivos	Questões	a	b	c
Identificar fontes de financiamento alternativos à comparticipação do Estado;	Face aos problemas apontados, como os preveem resolver em termos institucionais?	X	X	
	Como é que se podem aumentar as receitas?			X
	Quais os benefícios e dificuldades que vê nesta possibilidade? (de acordo com o que referirem)	X	X	X

As entrevistas foram muito interessantes na medida em que fiquei a conhecer a opinião de três pessoas chave na organização institucional. Face às mesmas questões as respostas não foram tão lineares quanto se poderia supor.

Todas as entrevistas foram realizadas entre à última quinzena do mês de janeiro e a primeira semana do mês de fevereiro de 2014, momento que considero crucial para obter respostas mais concretas uma vez que se tinha recentemente feito o fecho das contas do ano 2013, podendo assim os entrevistados terem uma ideia mais nítida de todas as questões colocadas.

A primeira entrevista elaborada foi ao contabilista, no dia 21 de janeiro de 2014. As questões colocadas eram diferentes das dos outros dois entrevistados, uma vez que o conteúdo principal da entrevista recaía na parte económica da instituição.

Foi uma entrevista que durou cerca de 10 minutos, onde o entrevistado foi muito direto e conciso nas suas respostas não dando azo a grandes dúvidas. Quando a este foi posta a possibilidade de entrevista, aderiu logo à iniciativa.

A segunda entrevista foi realizada à diretora técnica, no dia 28 de janeiro de 2014. Esta foi desde logo disponível para a entrevista. A esta e ao presidente foram colocadas as mesmas questões. Questões de carácter económico, como ao contabilista, como também de carácter mais pedagógico.

A entrevista à Diretora Técnica teve a duração de cerca de 15 minutos e também não foram surgindo grandes dúvidas na realização da mesma.

Por último, foi realizada a entrevista ao Presidente da instituição e talvez das pessoas que melhor conhece a instituição, pelo facto do número de anos que colabora com a instituição, tendo tido muitos papéis na mesma. Esta foi realizada a 2 de fevereiro de 2014.

Este entrevistado contextualizou inicialmente a instituição, isto é, de que forma ela surgiu e por que razão, passando assim a referir alguns marcos históricos importantes.

Foi uma entrevista muito interessante, foi possível conhecer um pouco melhor a realidade da instituição. Não surgiram quaisquer dúvidas no decorrer desta entrevista, uma vez que o entrevistado ia fazendo referências e contextualizando tudo o que ia referindo. Esta entrevista embora tivesse as mesmas questões que a da diretora técnica teve cerca do dobro da duração, cerca de 30 minutos.

Depois das entrevistas elaboradas surgiu também uma conversa informal com alguns dos entrevistados, neste caso, com a diretora técnica e com o presidente que de alguma forma poderão ajudar no percurso do trabalho.

Deste modo, todas as entrevistas se demonstraram relevantes para a continuidade do projeto, embora em nenhuma delas fosse nítida a solução para os problemas atuais da instituição.

Assim, cabe ao investigador/entrevistador basear-se em todas as respostas obtidas, analisando-as afincadamente e tentando encontrar a ou as possíveis soluções para o problema.

3.4.2. Técnicas de análise de dados

“A análise de conteúdos aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens... o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes poderão ensinar após serem tratados” (Bardin, 1997, p.38)

Na realização deste trabalho e tendo em conta que as técnicas de recolha de informação a ser utilizadas serão o inquérito por entrevista, a técnica de análise de dados mais adequada é a de análise de conteúdo.

É através destas que nos serão facultadas as informações pertinentes ao estudo, verificando a quantidade de vezes que se repete determinado aspeto, pois, segundo Monteiro (2000) “A análise de conteúdo tem por objetivo estudar o sentido e significação da informação a partir da qualificação da frequência com que aparecem certas expressões, palavras, conceitos ou temas”, dando assim relevância ao mesmo, de modo a realizar uma melhor interpretação dos dados para poder atuar adequadamente.

De acordo com Olabuenaga e Ispizua (1989), “a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspetos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.” (Moraes, 1999, p. ind)

Quando falamos em entrevistas e em analisar toda a informação obtida através destas, não nos podemos desligar da análise de conteúdos, uma vez que, segundo Clara Coutinho (2002) quando é usado adequadamente, o investigador consegue obter informações muito ricas.

Neste caso concreto, e uma vez que pretendo realizar entrevistas a algumas pessoas que considero fundamentais para a pesquisa (Presidente e Diretora Técnica e o Contabilista da IPSS) torna-se fulcral usar a técnica de

análise de conteúdo, pois é a que mais se adequa, de modo a assim poder obter uma informação mais fidedigna.

Neste tipo de procura/recolha de informação, existe um contacto direto entre os interlocutores, cabendo ao entrevistado responder às perguntas como considerar oportuno e ao entrevistador conduzir essa mesma entrevista, de modo a não escapar os seus objetivos.

CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Quando pensamos na elaboração das questões para as entrevistas, concluímos desde logo que algumas perguntas seriam comuns aos entrevistados. Nesta perspetiva procurámos agrupar essas respostas de forma a termos um quadro de conjunto das diferentes possibilidades colocadas.

Há quanto tempo é Contabilista/Presidente/Diretora Técnica desta Instituição?	<ul style="list-style-type: none">• 25 anos tendo exercido também outras funções na direção, mas não tanto tempo (Contabilista)• 5 anos como Presidente, embora tenha tido outras funções, como vogal, tesoureiro, secretario, estando tanto na assembleia geral como na direção executiva ; (Presidente)• Está há 3 anos, desde 2011 (Diretora Técnica)
---	--

Tabela 2 - Tempo de exercício de funções

Em modo de síntese, através da análise do quadro acima exposto, pode-se verificar que, tanto o contabilista como o presidente da IPSS “Novo Sol” são elementos com alguma história na instituição. O contabilista com cerca de 25 anos, tendo também tido funções na direção, e o presidente, relativamente com o mesmo número de anos, tendo também tido outras funções na direção para além de presidente. O elemento mais recente é a diretora técnica.

Como tem evoluído a saúde financeira da instituição?	<ul style="list-style-type: none">• Até ao momento da crise no país relativamente bem; (Contabilista)• Com a crise no país, a instituição também acompanha essa situação; (Contabilista)
--	---

Tabela 3 - Evolução financeira da IPSS

<p>Como caracteriza a situação atual da instituição?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Encontra-se num momento de estabilidade; (Contabilista) • Está na fase de reequilíbrio de contas; (Diretora técnica) • Situação atual da instituição não é fácil, uma vez que o momento que o país atravessa é desfavorável; (Presidente) • Acompanha a situação do país; (Contabilista) • Já foi mais complicada; (Diretora Técnica)
--	---

Tabela 4 - Caracterização da situação Atual da IPSS

Segundo as informações recolhidas pelo contabilista e diretora técnica, a situação atual da instituição encontra-se num momento de estabilidade, mas ainda continua difícil, de acordo com o contabilista e presidente da IPSS a situação desta acompanha a situação do país, já teve momentos melhores, momentos piores, de momento encontra-se relativamente estável. Para além do mais, a localidade da instituição, também leva a que estas dificuldades se agravem, uma vez que se trata de um bairro pobre.

“O momento que o país atravessa é desfavorável, o meio em que estamos inseridos como resposta social é essencialmente de prestação assistencial (...) que é um bairro caracterizado socialmente pobre, neste momento já está no limiar da pobreza e a assistência que prestamos às crianças reflete-se porque

não temos capacidade de resposta financeira e económica para podermos assegurar um trabalho conforme estávamos habituados (...) as carências são grandes e (...) as contribuições da segurança social não a se atualizam em função das necessidades dos níveis de vida que hoje estamos a atravessar.”
 (Presidente da IPSS “Novo Sol”)

<p>Quantas crianças são abrangidas pelo protocolo com a Segurança Social? Quantas existem a frequentar a IPSS na realidade?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estão abrangidas 66 crianças para o pré-escolar e 50 crianças em ATL; (Diretora técnica e Presidente) • Na realidade existem 78 no pré-escolar e 50 em ATL; (Diretora Técnica)
--	--

Tabela 5 - Protocolo com a Segurança Social

<p>Há quanto tempo têm este protocolo com a Segurança Social?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desde 2008 para o Jardim de Infância e no mês passado (dezembro) no ATL; (Diretora Técnica) • Fez-se uma revisão de acordo nestas datas, para o número de crianças previstas; (Diretora Técnica) • Já tem uma longa história, desde 1973; (Presidente)
---	--

Tabela 6 - Tempo de protocolo

<p>A IPSS tem outros tipos de financiamento para além da comparticipação do Estado? Quais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As contribuições dos utentes; (Contabilista, Diretora Técnica e presidente) • Donativos possíveis de angariar; (Contabilista, Diretora Técnica e presidente)
--	---

Tabela 7 - Financiamento da IPSS

<p>Que outro tipo de apoios tem a instituição? Quais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Donativo semanal de uma empresa particular (Lactogal) em espécie e ao abrigo da Lei do Mecenato; (Contabilista, Diretora Técnica e Presidente)
---	--

Tabela 8- Outros tipos de apoio tem a IPSS

Na realização das entrevistas verificamos que o financiamento a IPSS “Novo Sol” está sobretudo concentrado nas contribuições da segurança social e das mensalidades das famílias, não tendo outro tipo de financiamento, somente de ato esporádico, uma vez que pode ocorrer num mês e noutra não existir. No entanto, têm um apoio em géneros, de uma empresa privada em regime de mecenato, sendo que esse apoio é dado semanalmente.

<p>Considera que se a situação financeira da instituição fosse melhor haveria um melhor serviço? De que forma?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não haveria um melhor serviço, no entanto poderia proporcionar-se mais atividades diferenciadas para os meninos, atividades de caráter mais lúdico e fora das extremidades da instituição; (Presidente e Diretora Técnica) • Poderia proporcionar-se atividades extracurriculares, como o inglês, o ballet, com uma periodicidade mais garantida, uma vez que estas existem, mas em regime de voluntariado, dependendo da disponibilidade dos voluntários; (Presidente)
--	--

Tabela 9 - Diferente situação financeira

Com estas informações verificamos que a situação financeira da IPSS não é das melhores, mas também não é esta que impede um bom serviço, uma vez que, de acordo com diretora técnica “eu acho que nós prestamos um bom serviço às crianças, não me parece que estejamos abaixo em termos de qualidade de serviço, de outras instituições que eu conheço, que nós conhecemos e mais financiadas ou que têm outro tipo de mensalidades.” (Diretora Técnica).

<p>É possível dar continuidade ao Projeto Educativo se houver uma diminuição das receitas?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Se houver uma redução drástica de certo que este fica comprometido; (Diretora Técnica, Presidente) • Se deixar de haver acordo com a Segurança Social, terá mesmo que fechar portas; (Diretora Técnica) • Se houver uma diminuição de receitas, como por exemplo, nas mensalidades pagas pelos utentes, sim... será necessário fazer mais cortes; (Diretora Técnica)
--	--

Tabela 10 - Possibilidade de continuação de Projeto Educativo

No entanto, o presidente diz que sim, uma vez que o projeto pedagógico poderia ser mais rico, “investir mais em materiais de novas tecnologias (...) poderíamos fazer um projeto educativo e pedagógico com muito mais saídas, visitas, muito mais atividades lúdicas com as crianças, outras valências, em atividades suplementares, fora de sala que nós não podemos ter, só recorrendo a voluntários.” (Presidente da IPSS)

Perante estas mesmas informações coloca-se a questão da continuidade do Projeto Educativo. Em diálogo com os entrevistados, verifica-se que se houver uma redução do financiamento existente neste momento “vão ficar

coisas por fazer, acho que se calhar, no ATL dificilmente nós conseguiríamos”
(Diretora Técnica)

<p>Face aos problemas apontados, como os preveem resolver em termos institucionais?</p>	<ul style="list-style-type: none">• Arranjar rendimentos através de sócios; (Presidente)• Procurar maior apoio junto da Segurança Social; (Presidente)• Procurar pessoas que possam ajudar, tanto em géneros, como em dinheiro; (Presidente)• Usar a criatividade, tanto da direção como dos colaboradores; (Presidente)• Estender a instituição ao exterior, fora do bairro, procurando desta forma outro público-alvo, com maiores rendimentos; (Contabilista)• Elaborar um acordo com a Segurança Social para a criação de Creche; (Diretora Técnica)
---	---

Tabela 11 - Como preveem resolver os problemas

Perante estas dificuldades, as alternativas apresentadas são as realizadas no dia-a-dia, a diretora técnica tenta negociar um preço mais baixo na compra dos produtos e vê como alternativa a criação de um protocolo de creche com a segurança social, uma vez que, existe procura. O presidente da instituição diz que é necessário usar criatividade e ir à procura daqueles que possam ajudar, “ter a capacidade de sermos criativos para angariarmos e trabalhar junto dos que nos podem ajudar de quem possa partilhar connosco bens de qualquer forma, géneros ou dinheiro, (...) para que a instituição possa continuar.” (Presidente da IPSS). Na opinião do contabilista, uma alternativa ao aumento da receita seria “estender ao exterior dado que esta instituição está mais voltada ao bairro (...) que são mensalidades muito muito baixas e abrir a porta e procurar utentes também do exterior e com outros rendimentos financeiros, portanto, com mais possibilidade de fazer subir esta receita.” (Contabilista da IPSS)

<p>Na sua opinião considera que há despesas que poderiam ser evitadas/reduzidas? Quais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • De momento não, uma vez que estamos a viver no limiar das nossas despesas; (Presidente) • “Não vejo onde a gente possa ir buscar um cêntimo que seja para podermos economizar” (Presidente) • Ajudaria se houver bom entendimento de pessoal, apoiando-se. Para assim ser apenas necessário o pessoal do quadro; (Contabilista e Diretora Técnica)
---	--

Tabela 12 -Que despesas poderiam ser evitadas/reduzidas

Se sim, de que forma seria feita essa redução ou anulação dessas despesas?	<ul style="list-style-type: none"> • Uma auxiliar apoiar mais do que uma sala; (Contabilista e Diretora Técnica)
--	---

Tabela 13- Como seria feita a redução de despesas

Quais os benefícios e dificuldades que vê nesta possibilidade? (de acordo com o que referirem)	<ul style="list-style-type: none"> • As pessoas perceberem a necessidade de partilha de auxiliares; (Diretora Técnica, Contabilista)
--	---

Tabela 14- Benefícios/ dificuldades das mudanças

Nenhum dos intervenientes aponta a redução de despesas para o equilíbrio financeiro da instituição, apenas o contabilista refere um aspeto que se relaciona com o apoio do pessoal da instituição, de modo a que apenas seja necessário o pessoal de quadro, evitando assim despesas extra, uma vez que a maior despesa encontra-se nos custos com o pessoal.

CAPÍTULO V – PLANO DE AÇÃO

5.1. IDENTIFICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS

De acordo com as entrevistas realizadas e considerando o estudo legal e empírico verificamos que de facto existem algumas lacunas na IPSS que têm que ser urgentemente ultrapassadas.

A IPSS não passa por dias favoráveis. As participações da segurança social não acompanham a mudança dos tempos e as participações familiares são reduzidas. Perante isto, a IPSS necessita de apoios, tal como afirma o presidente da IPSS “Novo Sol” precisa de “alguém que possa ajudar”.

Neste sentido, considero que de facto é crucial ir “à procura de quem nos possa ajudar”. Seguindo esta ideia, uma das propostas será o mecenato, procurando instituições/ empresas que possa ajudar a IPSS “Novo Sol” a colmatar as dificuldades que vive atualmente.

Esta opção pode não ser suficiente, uma vez que para se estabelecer este tipo de proposta é necessário não só o interesse da IPSS “Novo Sol”, mas também da aceitação das instituições/empresas deste tipo de parceria. Logo, é fulcral procurar outra forma de sustentabilidade.

Assim, e de acordo com o que foi recolhido verificamos que de facto a maior procura e o maior financiamento estatal está concentrada na valência de creche, valência essa que a IPSS “Novo Sol” não dispõe. No entanto, muito perto desta instituição está a surgir uma outra IPSS, que pertence ao centro de dia desta localidade, alargando as valências que neste momento dispõe, abrindo dentro em breve com lar e creche.

Com estas informações consideramos oportuno o estabelecimento de parcerias entre IPSS de modo a que se possam apoiar mutuamente. Uma vez

que a IPSS “Novo Sol” já tem uma considerável história no trabalho da infância, podendo, deste modo, ser uma mais valia para esta nova IPSS que pretende alargar as valências a que está habituado.

Para além disso, estas podem partilhar bens e serviços, podendo haver uma partilha de funcionários, tentando desta forma rentabilizar custos. Acresce, aos motivos expostos, o percurso educativo, pois se uma criança fizesse todo o seu percurso na “mesma” instituição, haveria uma continuidade educativa, o que para a criança e suas famílias também seria de certo modo mais comodo.

A criação de creche na IPSS “Novo Sol” seria também uma possibilidade. Para que tal fosse possível seria necessário estabelecer um protocolo com a escola secundária da localidade, pedindo uma autorização ao agrupamento de escolas para usufruir das instalações para a realização do ATL, que funciona a tempo parcial, deixando as instalações onde este se realiza agora para a concretização da creche.

Outra das possibilidades que verificamos como uma possível estratégia será desenvolver uma campanha de marketing social, tentando angariar mais público, essencialmente público fora do bairro, e como diria o contabilista “estender ao exterior dado que esta instituição esta mais voltada ao bairro (...) e sabemos que são mensalidades muito muito baixas e sei lá abrir a porta e procurar utentes também do exterior e com outros rendimentos e financeiros portanto com mais possibilidade de fazer subir esta receita.”

5.2. ESTRATÉGIAS A ADOTAR

Foram apresentadas algumas das possíveis estratégias a ser utilizadas, contudo, torna-se essencial optar por um menor número de possibilidades de modo a garantir a sua concretização.

Deste modo, e após uma análise do quadro teórico e legal e das entrevistas realizadas verificamos que o mecenato, a criação de parceria com a IPSS que está a surgir e o marketing social são as possibilidades mais fiáveis para responder a pergunta de partida inicialmente traçada.

Para a realização de mecenato, é essencial que as empresas com as quais se pedem parceria aceitem. É uma das possibilidades, uma vez que, de acordo com Mendes (1991) “devido às enormes limitações dos subsídios estatais, estas começam a considerar os financiamentos privados como uma fonte válida de recursos adicionais para as suas produções” (p.71)

A criação da parceria com a IPSS que está a alargar as suas valências também será uma possibilidade, uma vez que, ambas abrangem o mesmo público-alvo. Com esta parceria ambas as IPSS poderiam obter benefícios. Por um lado, a IPSS “Novo Sol” equilibra as suas contas, na medida em que o financiamento estatal para creche é superior ao do pré-escolar. Para a IPSS que está a surgir ganha no conhecimento de trabalho nesta valência que a IPSS “Novo Sol” tem, uma vez que te já uma longa história no trabalho da infância. Ao mesmo tempo poderá levar consigo público que está habituado à IPSS “Novo Sol” e que tendo crianças mais pequeninas já sabem onde as integrar, dando continuidade pedagógica à mesma.

Com o marketing social pretende-se fazer uma divulgação maior da IPSS “Novo Sol” angariando público além bairro, que possam pagar mensalidades mais elevadas e assim sendo aumentar a receita, tal como dizia o contabilista.

De seguida, elabora-se um quadro explicativo dessas mesmas estratégias.

Atividade	Objetivo	Quando?	Quem é que vai leva-la a cabo?	Que recursos é que estão envolvidos	Onde?	Que instrumentos de avaliação das atividades?
Mecenato	Angariar mais financiamento; Adquirir géneros alimentares ou outros que possam fazer reduzir as despesas;	Iniciar contactos com as empresas em junho; Logo que possível estabelecer os protocolos;	Diretora técnica da IPSS “Novo Sol”; Educadora de Infância da IPSS	<u>Recursos Humanos:</u> Diretora técnica; Educadora de Infância da IPSS; Responsáveis das empresas pela parceria; <u>Recursos Materiais:</u> Documento de protocolo com as empresas; Faturas de benefício fiscal para as empresas cooperantes;	Junto das empresas que se demonstrem cooperantes e interessadas , alvos potenciais: - Sonae - Primark; -Pingo Doce - ...	Tabela de resultados onde se verificam os protocolos aceites e o tipo de protocolo estabelecido; Análise periódica da contabilidade da IPSS;

Tabela 15 - Mecenato

Atividade	Objetivo	Quando?	Quem é que vai leva-la a cabo?	Que recursos é que estão envolvidos	Onde?	Que instrumentos de avaliação das atividades?
Parceria com a IPSS	<ul style="list-style-type: none"> • Partilhar colaboradores, financiamento e experiência; • Dar continuidade ao trabalho pedagógico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar contacto com o responsável pela IPSS em maio; • Caso seja aceite, estabelecer a parceria logo que possível e se torne oportuno; 	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da IPSS “Novo Sol” • Diretora técnica da IPSS “Novo Sol”; • Responsável pela IPSS a exercer parceria; 	<p><u>Recursos Humanos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Presidente da IPSS “Novo Sol”; • Diretora técnica; • Responsável pela IPSS a exercer parceria; <p><u>Recursos Materiais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Documento de protocolo com a IPSS; 	Centro de dia/Lar e creche da localidade em questão.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise periódica da contabilidade da IPSS, verificando as vantagens/desvantagens desta parceria;

Tabela 16 - Parceria com a IPSS

Atividade	Objetivo	Quando?	Quem é que vai leva-la a cabo?	Que recursos é que estão envolvidos	Onde?	Que instrumentos de avaliação das atividades?
Marketing Social	<ul style="list-style-type: none"> Encontrar público-alvo fora do bairro; Aumentar o número de crianças da IPSS “Novo Sol” 	<ul style="list-style-type: none"> Mês de abril e seguintes; Sempre que se justificar; 	<ul style="list-style-type: none"> Todos os colaboradores da IPSS “Novo Sol” Familiares das crianças que frequentam a IPSS; 	<p><u>Recursos Humanos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Colaboradores da IPSS “Novo Sol”; Familiares das crianças; <p><u>Recursos Materiais:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Flyer a divulgar a IPSS “Novo Sol”; Iniciativas abertas à comunidade: <ul style="list-style-type: none"> -Feirinhas temáticas -Teatros com os meninos; -Criação de um blogue da IPSS “Novo Sol” 	<ul style="list-style-type: none"> Centro Paroquia l da Localidade; Instalações da IPSS “Novo Sol”; Internet; 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de tabela para verificar as receitas obtidas em cada iniciativa; Criação de tabela para verificar as novas inscrições; Gráfico de percentagem da iniciativa mais lucrativa; Questionário aos encarregados de educação das novas inscrições;

Tabela 17 - Marketing Social

Através destas tabelas é possível verificar de que forma se irão desenvolver as estratégias, de modo a responder à pergunta de partida traçada.

Assim, estas são as estratégias que nos parecem mais viáveis, de modo a atingir os objetivos que se pretendem.

No que concerne ao mecenato, este será de social, ou seja, de acordo com o artigo 2 do decreto-lei nº 74/99 de 16 de março “Mecenato social São considerados custos ou perdas do exercício, até ao limite de 8/1000 do volume de vendas ou dos serviços prestados, os donativos atribuídos às seguintes entidades: a) Instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas legalmente equiparadas;”.

Com esta estratégia pretende-se que ambas as instituições obtenham benefícios, a IPSS “Novo Sol” na angariação de financiamento alternativo e para as instituições com as quais se realizam a parceria terem benefícios fiscais, como se pode observar tendo em conta a definição anteriormente transcrita.

A parceria com a IPSS será levada a cabo numa primeira instância pelo presidente da IPSS “Novo Sol”, uma vez que é este que vai levar a ideia para a reunião de direção, onde posteriormente será discutido o assunto de como realizar essa parceria. Para além disto, esta é a pessoa que tem mais proximidade com o responsável pela IPSS com a qual se quer estabelecer parceria. Como forma de avaliação desta estratégia, irá ser realizadas análises periódicas à contabilidade da IPSS “Novo Sol” de modo a verificar os contributos financeiros com esta parceria.

No que diz respeito ao marketing social nomeadamente no que concerne às iniciativas abertas à comunidade pretende-se realizar feirinhas/teatros/musicais mensais, de modo a intercalar as atividades, para que as pessoas a visitar não se cansem da mesma iniciativa. Estas iniciativas são importantes, na medida em que “as IPSS têm consciência de que é preciso fazer algo para responder a estes novos desafios e são vários os exemplos de iniciativas louváveis já tomadas nesse sentido.” (Sousa, 2012, p.29)

Assim, pretende-se realizar feirinhas onde se vendam variadas compotas de fruta, numa outra, trabalhos realizados pelos meninos entre outros elementos que nos surjam à medida que as iniciativas vão se desenrolando e de acordo com o feedback das pessoas que nos visitaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho surge na tentativa de responder a uma pergunta que está presente no meu dia-a-dia profissional e com a qual tentamos encontrar estratégias para poder garantir a continuidade do trabalho junto das crianças, assim como os nossos postos de trabalho.

Assim, a ideia da pergunta de partida que se queria desenvolver neste projeto, foi relativamente fácil de ser encontrada, no entanto encontrar respostas que fossem de encontro ao que se pretendia é que foi um pouco mais difícil.

A pergunta de partida “Como obter o financiamento que garanta a viabilidade da IPSS “Novo Sol” (jardim de infância e ATL) e a continuidade do seu Projeto Educativo? não é fácil de se responder, sobretudo no momento de crise na qual vivemos atualmente.

Contudo, esta sim era a pergunta de partida mais pertinente. Mais fácil ou menos fácil, era para esta que se pretendia encontrar respostas e assim se colocaram “pernas ao caminho”.

Foi um percurso relativamente árduo, não existe grande bibliografia que aborde temas de financiamento deste tipo de instituição, para além do que, cada instituição tem o seu tipo de financiamento, em concordância com o acordo de protocolo estabelecido com a Segurança Social.

À medida que se ia investigando, estudando, analisando, as ideias foram ficando cada vez mais claras surgindo assim algumas estratégias que poderiam ajudar na concretização dos objetivos inicialmente traçados.

Deste modo, acredito que após a concretização destas iniciativas a viabilidade financeira da IPSS “Novo Sol” será melhorada, tornando-a mais independente. Deste modo, esta não estará totalmente à mercê dos subsídios estatais, pois caso o subsidio estatal seja reduzido, a IPSS tem outras fontes de financiamento para dar continuidade ao projeto pedagógico.

BIBLIOGRAFIA

Amaral, L. (2010). *Economia Portuguesa, as últimas décadas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Barroso, J. (Org.) (2003) *A Escola Pública. Regulação. Desregulação. Privatização*. Porto: Edições ASA

Carvalho, A. (1994) *Projeto Educativo*, Porto, Edições Afrontamento

Costa, A. (1998) *Exclusões Sociais*, Viseu, Edições Gradiva.

Drucker, P. F. (1993), *Sociedade Pós- Capitalista*. Lisboa: Difusão Cultural

Giddens, A. (1997) *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Lindon, D. et al (2004) *Mercator XXI Teoria e Prática do Marketing (10ª Edição)*. Lisboa: Dom Quixote.

Mendes, J. V. (1991) *Marketing, Patrocínio e Mecenato*, Lisboa, Texto Editora

Santos, B. S. (1992) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974 – 1988) (2ª Edição)*. Porto: Edições Afrontamento.

Silva, F. (2013). *O Futuro do Estado Social*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sousa, S. (2012) *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num Contexto de Crise Económica*, s.l. CNIS

Web sites

(<http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Paginas/CNP.aspx>. Acedido em 7 Nov.º 2013)

Legislação consultada

Decreto-Lei 119/83 de 25 de fevereiro

Decreto-lei n.º 215/89 de 1 de julho

Despacho Normativo 75/92

Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de junho

Decreto-lei nº 74/99 de 16 de março

APÊNDICES

Apêndice A

Entrevista ao Contabilista da IPSS
Há quanto tempo é contabilista desta instituição?
Como tem evoluído a saúde financeira da instituição?
Como caracteriza a situação atual da instituição?
A IPSS tem algum tipo de financiamento para além da comparticipação do Estado? Quais?
Onde estão as maiores despesas? Podem ser reduzidas? De que forma?
Como é que se podem aumentar as receitas?
Quais os benefícios e dificuldades que vê nesta possibilidade? (de acordo com o que referirem)

Apêndice B

Transcrição da entrevista ao Contabilista

P: Bom dia, isto é para um trabalho de mestrado, pronto todos os dados vão se manter confidenciais.

R: Sim

R: Bom dia

P: Bom dia

P: Há quanto tempo é que é contabilista desta instituição?

R: Vinte cinco, cerca, vinte cinco anos talvez por ai por ai

P: E foi sempre essa sua função de contabilista na instituição?

R: Não, também tive as funções de direção não tanto tempo. Cerca de vinte anos talvez

P: Como é que tem evoluído a saúde financeira de instituição?

R: Bom como se deve entender, a partir do momento da crise começou se também a sentir na instituição, até ai razoavelmente bem

P: Como é que caracteriza a situação atual da instituição?

R: Creio que está num momento de estabilidade, atendendo obviamente à pergunta anterior que se relaciona com a crise que o país, que o país atravessa

P: A IPSS tem algum tipo de financiamento para além da comparticipação do estado?

R: Tem. Tem a comparticipação dos utentes e obviamente donativos que seja possível angariar

P: Mas tem algum assim de momento?

R: De momento tem um donativo, uma entidade particular, uma instituição de uma empresa

P: Mas é mecenato?

R: é mecenato. Se bem que esse donativo é em géneros e não em numerário, em dinheiro

P: Onde é que estão as maiores despesas?

R:As despesas maiores da instituição concentra se com os custos com o pessoal e obviamente que é os custos com o pessoal são o encargo maior que a instituição, que a instituição tem.

P: E podem ser reduzidas essas despesas?

R: No que for possível claro e aqui depende também do bom entendimento do pessoal em se desdobrar em colaborar e não só exigir substituições atrás de substituições. Portanto se houver essa, esse entendimento de colaboração e a instituição ter só como pessoal de quadro o estritamente necessário obviamente que pode ajudar consideravelmente

P: Como é que se pode aumentar as receitas?

R: É claro que aqui as receitas, só em termos de comparticipação dado que o estado estabelece através da sua dotação um valor que é calculado por criança, e obviamente também há um acordo do número de crianças portanto por ai é digamos que é uma importância e fixa, o resto vem como dissemos à pouco da comparticipação dos utentes, ora obviamente que quanto menos cobrir ou ter presente sempre o número de acordo estabelecido com a tutela num é?! E que claro estender ao exterior dado que esta instituição esta mais voltada ao bairro [REDACTED] e sabemos que são mensalidades muito muito baixas e sei lá abrir a porta e procurar utentes também do exterior e com outros rendimentos e financeiros portanto com mais possibilidade de fazer subir esta receita.

(Entrevistador) Exato

P: Vê a creche como uma possibilidade de aumentar esta receita

R: Era uma hipótese, era uma hipótese que tanto quanto sei há procura de crianças para essa valência, era tudo fazer para que a instituição pudesse ter o respetivo acordo com a tutela e obviamente era essa a valência

P: E de certo dessa forma também receberia outro publico alvo

R: Claro que sim, claro que sim, claro que sim, para além de a valência creche ter um valor por criança mais elevado o que ajudaria bastante e tem procura no fundo tem procura ajudaria bastante a receita também da instituição

P: responde à procura do bairro também haveria procura da população exterior ao bairro

R: Claro, mas depois

P: e a mensalidade seria bem mais alta

R: era ter sempre presente que não podem ficar só ligados ao bairro têm que procurar além bairro, não é?

P: E mesmo a continuidade depois das crianças vindo para cá de creche possivelmente continuaria, não é?

R: Seria maior, claro que creche passa ao jardim e eventualmente ao ATL e tudo vai do trabalho do pessoal que que a instituição tem, não é? Do empenho de cada trabalhador

P: Em relação as despesas às receitas vê alguns benefícios ou dificuldades com esta possibilidade? Já falou não e, em as pessoas articularem muito mais, em a

R: tal e qual, ore repare, essa pergunta a resposta já esta dada atrás não é? as dificuldades, dificuldades são essas mesmo, são o empenho de todo o trabalhador aqui dentro e ter consciência que é uma instituição sem fins lucrativos, não é isso que se pretende , mas que, ter uma gestão capaz e portanto que os seus proveitos sejam suficientes para suportar as respetivas despesas

P: muito obrigada

R: muitas felicidades

Realizada a 21 de janeiro de 2014

Apêndice C

Entrevista ao Presidente da IPSS
Há quanto tempo é Presidente desta Instituição?
Como caracteriza a situação atual da instituição?
Quantas crianças são abrangidas pelo protocolo com a Segurança Social? Quantas existem a frequentar a IPSS na realidade?
Há quanto tempo têm este protocolo com a Segurança Social?
A IPSS tem outros tipos de financiamento para além da participação do Estado? Quais?
Que outro tipo de apoios tem a instituição? Quais?
Considera que se a situação financeira da instituição fosse melhor haveria um melhor serviço? De que forma?
É possível dar continuidade ao Projeto Educativo se houver uma diminuição das receitas?
Face aos problemas apontados, como os preveem resolver em termos institucionais?
Na sua opinião considera que há despesas que poderiam ser evitadas/reduzidas? Quais?
Se sim, de que forma seria feita essa redução ou anulação dessas despesas?
Quais os benefícios e dificuldades que vê nesta possibilidade? (de acordo com o que referirem)

Apêndice D - Transcrição da entrevista ao Presidente da IPSS

P: Boa tarde

R: Boa tarde

P: Este trabalho é, isto é uma entrevista para trabalho de mestrado todos os dados vão se manter confidenciais, nome da instituição

P: Há quanto tempo é que é presidente desta instituição?

R: Sou presidente desta instituição, já no segundo mandato de recondução portanto estou há cinco anos, sendo dois anos já do segundo mandato.

P: E teve outra função para além de presidente?

R: Sim, desde vogal, desde tesoureiro, secretario, tenho passado redutivamente por diversas situações no entanto na assembleia geral como na direção executiva, como do regime de voluntariado como todas as obras instituição particular de solidariedade social são. É nessa função que eu estou já como presidente no segundo mandato e finalizado este mandato reverei de facto a minha vida se tenho possibilidades ou não de continuar como voluntario desta instituição numa outra função de direção ou não.

P: Como é que caracteriza a situação atual da instituição?

R: A situação atual da instituição não é fácil, o momento que o país atravessa é desfavorável, o meio em que estamos inseridos, como resposta social é essencialmente de prestação assistencial ao bairro de Aldoar que é um bairro caracterizado socialmente pobre, neste momento já está no limiar da pobreza e a assistência que prestamos às crianças reflete se, porque não temos capacidade de resposta financeira e económica para podermos assegurar um trabalho conforme estávamos habituados. As carências são grandes e obviamente as contribuições da segurança social não se atualizam

em função das necessidades e dos níveis de vida que hoje estamos a travessar, e por essa razão temos que obter fora das contribuições da segurança social, temos que ir buscar enfim excedentes no bater porta a porta, passando a expressão, temos de bater porta a porta para conseguirmos dar resposta as necessidades que nos são apresentadas.

P: Por tanto falou do apoio da segurança social, portanto tem um protocolo não é, e quantas crianças é que estão abrangidas?

R: Temos um protocolo de acordo para sessenta e seis crianças no jardim e de cinquenta crianças no ATL. No ATL de pontas são CATL de pontas, se bem que no jardim o acordo é sessenta e seis mas temos mais crianças que aquelas que estão para além do acordo. Ora a procura essencialmente no jardim é grande, no ATL poderá já não ser tanto porque há outras capacidades de resposta local nomeadamente as ludotecas que é de apoio camarário, a razão porque não seremos tão procurados em termos de CATL.

P: Exato, há quanto tempo é que tem este protocolo?

R: O protocolo que a segurança social tem uma história no tempo, porque esta instituição nasce como uma resposta obrigatória da Câmara Municipal do Porto, ou da edilidade às comunidades que estavam alojadas nos bairros

Portanto ele nasce precisamente para dar resposta aos filhos dos moradores e mesmo de apoio às famílias e de apoio até aos idosos, como apoio domiciliário. Ora isto tem uma origem nos anos, ou pensando nos anos setenta e um, uma atividade, uma já pratica nos anos setenta e três em que são aprovados os estatutos pela Direção Geral da Assistência Social de então e que isto funcionava com uma parceria com a Câmara Municipal do Porto,

razão porque este

, e estavam algumas parceiras da instituição que eram mais religiosas o Sagrado Coração de Maria que viviam no primeiro andar desse mesmo bloco e que eram as responsáveis pelas, juntamente com algumas pessoas voluntárias também, que davam o apoio e faziam a atividade faziam com que a instituição funcionasse e desse a sua resposta às necessidades e apoio social do bairro

Portanto isto podemos dizer que o protocolo com a Segurança Social nasce depois naturalmente como uma resposta dando seguimento ao compromisso que a Câmara tinha e que estaria em parceria já na altura com aquilo que era chamado Direção Geral de Assistência Social e que agora é o Instituto Segurança Social que está ligado ao Ministério do Trabalho e que também tem cooperação com o Ministério da Educação para que este projeto, estes projetos de IPSS de apoio ao jardim de infância e aos ATL's, ou CATL's tenham, tenham hipóteses de sobrevivência como instituições particulares de solidariedade social.

P: E para além desse financiamento da segurança social tem mais algum?

R: Não existem mais financiamentos nesta IPSS. Não existe mais qualquer financiamento, existem apenas aquilo que nos chamamos, enfim uma palavra que hoje esta muito em voga, é as esmolas, donativos que possam eventualmente aparecer no bater porta à porta, porque as próprias empresas “...” para que se possam considerar de mecenato também já não obtemos respostas como obtínhamos em anos anteriores, pronto, hoje em dia vivemos com dificuldade são mais as instituições a pedir são mais as obras sociais que (pensa) que se lhes exige mais capacidade de resposta e que essa resposta não tem capacidade de enfim, de ser assegurada e portanto não há mais qualquer hipótese de financiamento seja de quem for e como dizia a bocado a Segurança Social não atualiza os valores sabendo evidentemente que o custo de vida está cada vez mais elevado as cargas fiscais são também mais

elevadas para os utentes e não estamos isentos, como por exemplo de uma coisa que deveria ser dos bens necessários que utilizamos e que temos que comprar estarmos isentos do iva que só aí iria ser um alívio muito grande e acho que a confederação nacional das IPSS's que é ao fim e ao cabo a entidade que nos rege deveria junto do governo fazer com que fossemos isentos do pagamento desse valor acrescentado a tudo quanto, essencialmente no que diz respeito a alimentação porque nós também não compramos para as instituições produtos ou objetos de luxo e portanto, deveríamos estar isentos de todo o iva de todo o material tanto didático como de produtos alimentares devíamos estar isentos do iva e não temos mais qualquer financiamento se não as verbas mensais que são dadas pelo acordo obrigatoriamente.

P: Via essa situação do iva como uma coisa a resolver, resolveria essa situação, não é? Vê mais alguma?

R: (reflete) evidentemente que o iva é aquele imposto direto que recai sobre nós na compra dos bens essenciais para fazer funcionar a instituição, outros, enfim, impostos não estou a ver é evidentemente a confederação nacional das IPSS está constantemente em reuniões permanentes com o Ministério do Trabalho e da segurança social de forma a proteger o mais possível as instituições a que cada vez são pedidas mais respostas, são mais as pessoas que nos procuram, eu diria não tanto na adolescência mas essencialmente mais na infância e essas capacidades de resposta cada vez são mais difíceis para nós porque não temos capacidade financeira para que aumentando o número de crianças temos que aumentar o número de colaboradores para termos ou podermos ter e enquadrar maior número de crianças em cada escalão etário. Obviamente que nós recebemos 12 meses de comparticipação mas temos que pagar 14 meses e isto estamos a falar de uma franja de população extremamente pobre e que cuja a média de mensalidades pagas pelas crianças do jardim de infância ronda os 25 euros.

Ora esses 25 euros que as crianças pagam todos somados não dariam para pagar obviamente os salários das educadoras. Ora, mas também só o que vem com a comparticipação da segurança social pagamos os salários de 12 meses e perguntamos sempre nós onde vamos buscar os outros 2 que faltam. Porque com as comparticipações das crianças não é? Com aquilo que as crianças pagam que rondam como eu dizia uma média de 25 euros, não dá, nem de longe nem de perto para pagar os outros dois meses de subsídio de férias e de natal dos colaboradores e portanto a nossa grande dificuldade está aí. E portanto aí é que temos enfim, superar essa situação muitas vezes com muita dificuldade e portanto o poço onde está o dinheiro esgota-se e portanto quando ele se esgotar não temos outra hipótese se não entregar as crianças aos pais, entregar as chaves a câmara das quais são proprietários das instalações.

P: Mas vê alguma estratégia para aumentar essa parte financeira? O que se poderia fazer para que houvesse maior financiamento?

R: Ora, a capacidade financeira passa muito pelo poder de criatividade que possa haver tanto da direção como dos próprios colaboradores que têm que assegurar o seu posto de trabalho. Temos que arranjar formas de obter rendimentos através de sócios eventualmente, de mecenas que nos possam ajudar (a pensar), enfim, que a confederação das IPSS consiga junto da segurança social fazer uma análise aquelas instituições que tem maiores dificuldades terem maiores comparticipações porque há instituições, IPSS que não têm as dificuldades, por exemplo que esta tem. Nós temos aqui instituições vizinhas que apanham uma franja da sociedade que felizmente estão inseridos em meios sociais, eu diria mais ricos, com maiores possibilidades e que portanto podem cumprir porque o casal está a trabalhar, têm salários que são consideráveis, que são algum do médio e até do médio elevado e portanto, aplicando as tabelas vão dar mensalidades que dão perfeitamente para uma sustentabilidade e até mesmo para poder ter uma

margem financeira para manutenção de instalações, manutenção de equipamentos e até mesmo fazer uma coisa que nós não conseguimos fazer que é ir atualizando os nossos materiais pedagógicos que temos muita dificuldade em os atualizar por falta de valores. Portanto, isso passa muito essa forma de podermos ter participações passa sempre pelos utentes. Se os utentes não tem, os pais estão desempregados, os pais vivem dos rendimentos mínimos se os pais, muitos deles os rendimentos mínimos já perderam, nós não podemos exigir das crianças ou dos pais que paguem aquilo que não têm, mas por outro lado também não podemos mandar a criança embora. Porque ao mandar a criança embora, socialmente não é para isso que nós somos IPSS, nós temos que dar uma resposta social, e por isso não podemos mandar a criança embora porque a criança não tem culpa do pai estar desempregado ou dos pais não terem dinheiro. Nós existimos como instituição de solidariedade e como tal temos que dar resposta. Agora nós temos que ter de facto a capacidade de sermos criativos para angariarmos e trabalharmos junto de quem nos possa ajudar, de quem possa partilhar connosco bens de qualquer forma em espécie ou em dinheiro para que a instituição se possa manter e possa continuar enfim com uma saúde razoável ou aceitável porque eu diria que é preferível ficarmos acidentados do que ficarmos a ganhar, passo a expressão, do que ficarmos a ganhar mofo não é? É preferível que se passe por situações que sejam preocupantes e que a gente viva em preocupação do que de facto baixarmos os braços e deixar com que as coisas venham a acontecer, aquilo que a gente não quer, que é acabar. Acabar nunca agora, podemos sofrer muitos acidentes de percurso mas ficar ostracizados mas isso não, isso não vai acontecer. Agora precisamos de muita ajuda de sair ao encontro daqueles que nos podem ajudar e depois, se de facto não podermos temos que recorrer junto da segurança social e eles que nos deiam uma ajuda, enfim, em termos de resposta como podemos continuar, nem que seja usarmos o fundo de socorro social, porque ele existe e para alguma coisa deve ser.

P: Há pouco falou que havia procura sobretudo na parte da infância. Vê a creche, uma vez que há procura como uma possibilidade?

R: Eu gostaria de ver a creche como uma possibilidade nos tempos mais próximos que pudesse ser. Até porque nós tínhamos ou temos necessidades exteriores que procuram a creche só que já vimos junto da segurança social que eles não estão a fazer acordos neste momento. A segurança social neste momento não está a fazer acordos, portanto não estando a fazer acordos, obviamente que não iríamos ter nos próximos tempos a possibilidade de requerer uma creche. Por outro lado, temos que ver a nossa realidade, somos uma realidade que, como dizia a pouco, não temos dinheiro. Não temos dinheiro em bancos para poder dentro das nossas próprias instalações fazer crescer as instalações para adaptarmos um espaço para creche. Por outro lado, temos uma outra contrariedade é que vivemos em instalações que são camararias, para se fazer qualquer obra dentro de uma instalação camararia os processos demoram anos a ser resolvidos. Dou um exemplo, ofereceram-nos um pequeno parque infantil, parque exterior infantil para ser colocado numa área de exterior de recreio. Junto da camara procurei ou procurou esta direção obter uma licença para a instalação desse espaço que nos foi oferecido, como recreio, isto é, para lazer das crianças do jardim, com baloiços com aquelas pequenas casas onde eles possam brincar com uma parte coberta. Só a autorização da câmara demorou cerca de um ano para vir e o mecenas que nos ofereceu esse espaço a construir o nosso recreio tinha que o fazer numa semana. Ora tivemos que avançar à revelia e sabendo que a partida a camara não se ia opor mas não tivemos a autorização legal imediata que era uma coisa simples de resolver. No entanto como disse demorou cerca de um ano para vir uma carta a dizer que sim senhor, que autorizavam que a responsabilidade seria nossa, pois muito bem, essas questões de responsabilidade, porque responsáveis somos nós e já somos responsáveis desde 1973 pelo menos que somos responsáveis e por isso o grande problema, se tivéssemos nós dinheiro para construirmos uma creche, a

primeira barreira seria a autorização da camara para aprovação do projeto e depois a outra barreira está na segurança social que neste momento não esta a dar protocolos, não é?! E pos isso, nós para pedirmos um protocolo ou para assinarmos um protocolo de querermos isso tínhamos que estar salvaguardados de que a camara nos ia autorizar a configurar o espaço existente e depois obviamente teríamos que ter dinheiro também que é o que não acontece que isso é para nós também seria uma mais valia, até porque as participações para a creche são muitíssimo, muitíssimo superior àquelas que são para o jardim.

P: Na sua opinião considera que há despesas que poderiam ser evitadas? Ou reduzidas?

R: Neste momento nos estamos a viver no limiar das nossas despesas. Temos um orçamento aprovado que é analisado mensalmente no fecho de contas não havendo desvios no orçamento, pelo contrário. Os orçamentos têm vindo a ser reduzidos a cerca de 4 anos. A cada rubrica de orçamento têm vindo a ser reduzida e continuamos a fazer apertos, economias, de forma a tentar não gastar as verbas orçamentadas. Fazemos análise mensal e vemos que não estamos a ser ultrapassadas, obviamente que na altura de inverno a rubrica de conta de eletricidade, de água e luz, mas essencialmente na eletricidade é um pouco mais elevada mas depois procuramos sempre compensá-la no verão, porque o que nos leva a ultrapassar um pouco esse valor que depois é compensado, não vamos ultrapassar o orçamento seguramente é o aquecimento das instalações porque não podemos ter instalações onde as crianças estão com frio não é? De resto procuramos com as ajudas que temos exteriores que a bocado referi, na parte da alimentação, estamos perfeitamente bem, gerimos muito bem essa rubrica e na parte de materiais de higiene e conforto estamos perfeitamente equilibrados e não vejo onde a gente possa ir buscar um cêntimo que seja para podermos economizar, porque economizamos na água, economizamos na luz,

economizamos no gás, economizamos na higiene, na limpeza, economizamos no material pedagógico, naqueles materiais de uso recorrente, de papeis, de colas, tintas. As educadoras é os mínimos dos mínimos portanto há de facto uma racionalização muito grande nessa matéria e um equilíbrio muito grande nestes consumos.

P: Considera que se a situação financeira da instituição fosse melhor haveria um melhor serviço?

R: obviamente que sim. Pois poderíamos ter muito mais prestação. Eu diria que tipo de prestação. Poderíamos começar por dentro das nossas portas dizendo que, se tivéssemos umas condições financeiras melhores, podíamos, como dizia a pouco, investir mais em matérias de novas tecnologias, aí seria a primeira coisa. Depois poderíamos fazer um projeto educativo e um projeto pedagógico muito mais enriquecido com muito mais saídas, muito mais visitas, podíamos ter muito mais atividades dentro de portas, aquelas atividades lúdicas com as crianças, outras valências que dizem respeito a atividades suplementares fora de sala, que nós não as podemos ter apenas recorrendo a parte dos voluntários, como na ginástica, no ballet, como na língua estrangeira, como na música que, como é assegurado por voluntários, enfim, os voluntários é voluntariado, pois se tivéssemos possibilidades financeiras contratávamos um professor e todas as semanas tínhamos a programação feita e iríamos ate ao encontro daquilo que os pais mais gostassem e que os educadores achassem que era mais importante para as crianças que estão sobre a sua responsabilidade.

Entrevistador: Muito obrigada

Entrevistado: De nada, gostei muito

Realizada a 2 de fevereiro de 2014

Apêndice E

Entrevista à Diretora Técnica
Há quanto tempo é Diretora Técnica desta Instituição?
Como caracteriza a situação atual da instituição?
Quantas crianças são abrangidas pelo protocolo com a Segurança Social? Quantas crianças existem a frequentar a IPSS na realidade?
Há quanto tempo têm este protocolo com a Segurança Social?
A IPSS tem outros tipos de financiamento para além da comparticipação do Estado? Quais?
Que outro tipo de apoios tem a instituição? Quais?
Considera que se a situação financeira da instituição fosse melhor haveria um melhor serviço? De que forma?
É possível dar continuidade ao Projeto Educativo se houver uma diminuição das receitas?
Face aos problemas apontados, como os prevêem resolver em termos institucionais?
Na sua opinião considera que há despesas que poderiam ser evitadas/reduzidas? Quais?
Se sim, de que forma seria feita essa redução ou anulação dessas despesas?
Quais os benefícios e dificuldades que vê nesta possibilidade? (de acordo com o que referirem)

Apêndice F

Transcrição da entrevista à Diretora Técnica

P: Boa tarde, esta entrevista é no âmbito trabalho projeto de mestrado, e todas as informações serão confidenciais.

R: Boa tarde.

P: Há quanto tempo é que é diretora técnica desta instituição?

R: A três anos, desde dois mil e onze.

P: E como é que caracteriza a situação atual da instituição?

R: Ah a situação financeira da instituição atualmente é, já foi mais complicada estamos na fase de reequilíbrio de contas mas ainda assim é difícil.

P: E quantas crianças são abrangidas pelo protocolo com a segurança social?

R: Nos temos em vigor dois protocolos com a segurança social, um que abrange o pré- escolar, que tenho sessenta e seis crianças, e o outro de ATL, que foi revisto agora há um mês

P: E são essas as crianças que existem na instituição? Tanto ATL como

R: No TL sim são cinquenta, no jardim de infância são setenta e oito, o que quer dizer que apesar de estarmos a receber da segurança social por sessenta

e seis e ter por setenta e oito crianças estamos a receber apenas sessenta e seis.

P: Há quanto tempo é que existe esse protocolo?

R: Desde dois mil e oito eu acredito, pelo menos as revisões a revisão do pré- escolar foi em dois mil e oito, a do ATL foi o mês passado.

P: A IPSS tem outros tipos de financiamentos para além da comparticipação do estado?

R: Tem donativos da Lactogal que são semanais, portanto todas as semanas recebemos da Lactogal iogurtes e em termos de financiamento, o que temos é as mensalidades para além de donativos esporádicos que possam surgir. Do género, o mês passado tivemos um do Recheio, tivemos o donativo da «Axa corações em ação» que foi um donativo específico para aquisição de katres, mas assim com frequência e com uma periodicidade regular só temos o da Lactogal e o financiamento da segurança social.

P: Exato, mas são tipo de financiamento diferentes, o Lactogal é em espécie

R: Exatamente

P: Em espécie e é mecenato

R: Sim o da Axa corações em ação também foi ao abrigo da lei de mecenato, os outros não, os outros são donativos em espécie mas não estão abrangidos pela lei de mecenato.

P: E que outro, pronto ia perguntar que outro tipo de apoios tem a instituição já me disse que tem por financiamento

R: Sim

P: Por parte monetária considera que se a situação financeira da instituição fosse melhor haveria um melhor serviço?

R: Melhor serviço, o melhor serviço, não sei eu acho que sim claro que sim, a qualidade do serviço é uma coisa um bocadinho difícil de quantificar e de e de medir, é sempre comparável com outra instituição não me parece que o serviço que nos prestamos possa ser mais ou menos fraco dependendo de, é como o é como se costuma dizer tipo somos pobrezinhos mas (...) somos limpinhos não é tipo o serviço é a mesma coisa, nos eu acho que nos prestamos um bom serviço às crianças, não me parece que estejamos a baixo em termos de qualidade de serviço de outras instituições, que eu conheço que nós conhecemos e com que que são mais bem financiadas ou que têm outro tipo de mensalidades. O problema maior é as mensalidades que são baixas e que não há forma de mudar estas mensalidades e porque o meio onde nos estamos é muito particular portanto em termos de qualidade de serviço não não. Se calhar haveria mais, outras oportunidades para os meninos havia outras coisas que nos podíamos fazer se tivéssemos mais dinheiro, se o financiamento fosse outro, mas em termos de qualidade serviço não creio que que a qualidade serviços esteja em risco.

P: Mas acha que é possível dar continuidade ao projeto educativo se houver uma diminuição das receitas?

R: Se houver uma diminuição das receitas que nos temos neste momento?

Entrevistador: Sim

R: Acho que vão ficar coisas por fazer, acho que se calhar, no ATL dificilmente nos conseguiríamos, imagine que a segurança social deixava de

financiar esta instituição, tínhamos que fechar, ponto. Se as mensalidades diminuíssem vamos ter que cortar em mais algumas despesas, que despesas perguntam... hum, não sei as únicas despesas, não sei, material didático está no limite, na alimentação também me recuso a cortar porque, a única refeição equilibrada que estas crianças têm é aqui que é dada, portanto em termos de projeto educativo sim ficaria comprometido não sei se ficaria em risco mas ficaria comprometido de certeza.

P: Então perante isso e para não correr esse risco será importante arranjar alternativas?

R: Vai-me perguntar quais são as alternativas (risos).

P: Não não estou a perguntar o que é que, sim, o que é que tencionam fazer, face a estes problemas como é que provem resolver os, em termos institucionais.

R: Nós temos noção que havia uma forma de resolver este problema que era: se a segurança social nos desse o acordo para a creche, uma boa parte dos nossos problemas ficaria resolvido, não precisávamos de outro tipo de financiamento, basicamente precisávamos de, porque, a Vânia sabe e nos também sabemos, temos uma sala de dois anos que não esta a ser financiada pela segurança social, portanto ela existe, nos temos que ter pessoal para essa sala, mas basicamente a segurança social, não nos da nada, apesar de nos pedir para por cá meninos, portanto, isto é uma hipocrisia um bocadinho que existe, mas é o que há, portanto o que é que nos precisávamos, precisávamos do acordo com a segurança social para a sala dos dois anos que existe, a segurança social não nos da um acordo só para a sala dos dois anos, diz nos que nos dá um acordo para creche, só que nos não temos espaço físico para ter creche, como é que se dá volta a isto, a segurança social diz-nos acabe com o ATL. Não é nada que não nos tenha passado pela cabeça, mas depois acabando com o ATL, acaba se uma boa parte da função social deste

centro, os meninos que frequentam o ATL, são meninos que se não estiverem no ATL não vão fazer os trabalhos de casa, não vão, (respira fundo) o que vão estar a fazer em vez de estarem concentrados e a estudar é andarem na rua a arranjar confusões e problemas. Portanto uma boa parte dos problemas sociais desta instituição esta no ATL, claro que o jardim o pré-escolar também temos questões sociais relevantes aqui, nomeadamente no que diz respeito à alimentação como dizia a bocado, muitas destas crianças ou algumas destas crianças para não dramatizar, a única refeição que fazem é aqui, a única refeição completa equilibrada é aqui, e portanto, já não me lembro qual era a pergunta...

P: Era como é que prevê resolver os problemas institucionais, falou da creche, não é?

R: sim, como é que prevejo para além dessa previsão é dia a dia é fazer, é marralhar as compras que faço, as compras que fazemos é procurar sempre preços mais baixos para seguros para a carne o peixe

P: material didático

R: exato, material didático é marralhar

P: exatamente, portanto parto do que me disse, vou fazer a pergunta na mesma, na sua opinião considera que há despesas que poderiam ser evitadas ou reduzidas?

R: Há sempre quer dizer, uma boa fatia daquilo que se gasta aqui na instituição é gasto com pessoal, se eu conseguia reduzir o número de pessoas que tenho aqui, não consigo, não consigo, portanto, isso exige das pessoas um esforço suplementar não é, porque eu se não posso contratar alguém para uma sala e tenho uma pessoa de licença de maternidade como é o caso neste momento, há alguém que vai ter que fazer o serviço dessa

pessoa não é, eu não vou contratar ninguém pro lugar dessa pessoa portanto, vão ter que, vai ter que haver mais esforço dos outros funcionários

P: Quais os benefícios e dificuldades que havia na possibilidade de redução de despesas, mas já me disse que (...)

R É muito complicado

P: que é a articulação das pessoas no serviço.

R: é, é as pessoas perceberem, eu acho que as pessoas têm percebido, as que ca estão de alguma forma, tem percebido no dia a dia. Não é possível cada educadora por exemplo, ter a sua auxiliar, não é possível, tem que haver partilha de auxiliares, se isto agrada a toda a gente?! Com certeza que não, é o que é, é o que tem que ser.

Entrevistador: muito obrigada

Entrevistado: ora essa disponha.

Realizada a 28 de janeiro de 2014